



Lutas sociais no Brasil em 2001

Por Andréia Galvão, Armando Boito
Claudinei Coletti e Patrícia Trópia*

O ano de 2001 foi um ano de dificuldades para o modelo neoliberal no Brasil, mantendo a tendência verificada no ano anterior. Em 2000, a oposição ao governo FHC havia crescido muito nas eleições municipais de outubro e a avaliação do governo, registrada pelas pesquisas de opinião pública, encontrava-se em seu ponto mais baixo. Fernando Henrique Cardoso esperava que 2001 fosse um ano de forte crescimento econômico para reverter essa tendência. Não foi o que ocorreu.

Houve uma mudança clara no fluxo internacional de capitais que agravou o desequilíbrio externo brasileiro. A entrada de capitais estrangeiros no Brasil caiu de 30 bilhões de dólares no ano de 2000 para 20 bilhões em 2001. Para agravar a situação, cresceu a remessa de lucros e dividendos para o exterior, devido à crescente internacionalização da economia ocorrida na segunda metade da década de 1990. Isso provocou forte alta do dólar no decorrer de 2001. Outro fator adverso no terreno econômico foi o racionamento de energia ao longo de todo segundo semestre de 2001. A crise econômica argentina nada mais fez que agravar todo esse quadro. O resultado foi que o crescimento do PIB deve ficar em torno de magros 1,6% para o ano 2001.

Nesse quadro econômico deteriorado, o governo FHC teve de começar a enfrentar a questão sucessória. O núcleo decisório do governo está convencido de que é necessário fazer uma recentragem no neoliberalismo brasileiro. O presidente Fernando Henrique Cardoso procurou, então, promover um pequeno remanejamento no sistema de aliança partidária que dá sustentação ao seu governo e que deveria dar sustentação também à aliança conservadora na eleição presidencial de 2002. Vem procurando, desde o início do ano, colocar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no lugar do Partido da Frente Liberal (PFL) como aliado preferencial do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o partido de Fernando Henrique Cardoso. O PMDB é o partido burguês que esteve na oposição à ditadura militar e que abriga, até hoje, uma minoria de políticos ainda apegados a algumas propostas de inspiração desenvolvimentista. O PFL, diferentemente, foi uma das organizações que nasceram do antigo partido da ditadura militar e professa, no Brasil de hoje, o liberalismo mais extremado. Essa operação de recentragem se materializa na virtual candidatura de José Serra (PSDB) à presidência da República.

O custo político dessa operação ainda em andamento foi alto para o governo FHC. O PFL não aceitou ser deslocado do centro da aliança governista e desencadeou uma guerra contra o PMDB que, por sua vez, respondeu no mesmo tom. Essa luta intestina da base de sustentação do governo

* Pesquisadores do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



custou, devido às denúncias recíprocas de corrupção, a cassação e a prisão de importantes lideranças partidárias das duas agremiações políticas e um desgaste maior do governo.

As dificuldades econômicas e políticas do governo foram acompanhadas, no geral, de um crescimento das lutas e das manifestações populares. A grande imprensa burguesa tem divulgado mais essas lutas e quando as condena, o faz com menos veemência. Essa mesma imprensa tem dado maior divulgação aos fracassos e às mazelas da política governamental. O governo, em vez de recuperar popularidade como pretendia no início do ano, obteve, segundo as pesquisas de opinião, seu mais baixo índice de aprovação desde o início da era FHC.

O movimento sindical empreendeu algumas lutas importantes em 2001, mas não obteve vitórias expressivas e permaneceu dividido frente à política neoliberal.

No que se refere à ação sindical nas bases, os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é a maior central brasileira e a mais mobilizada contra a política neoliberal, promoveram, no segundo semestre de 2001, pelo menos duas greves significativas: a greve dos servidores públicos federais e a greve dos metalúrgicos da Volkswagen.

Alvos preferenciais da política neoliberal, afetados pela reforma administrativa e previdenciária e há sete anos sem reajuste salarial, os funcionários públicos federais reivindicavam, entre outras medidas, um reajuste de 75,48%, para repor a inflação acumulada durante os dois mandatos de FHC. Agreve envolveu professores e funcionários administrativos das 52 universidades federais do país, professores e funcionários das escolas técnicas federais e agentes do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Embora não tenha sido uma greve unificada, pois deixou de lado vários segmentos do funcionalismo público federal, e apesar de ter provocado desgaste e dissensões no sindicalismo dos servidores públicos federais, pode-se considerá-la uma greve parcialmente vitoriosa. Foi uma greve extensa (os grevistas ficaram paralisados por cerca de cem dias), cujos resultados foram a incorporação e a extensão de algumas gratificações ao salário dos servidores, um reajuste de 12% a 13% para os professores e a manutenção da contratação pelo regime jurídico único –estatuto diferenciado que assegura a estabilidade do funcionalismo público. O governo tratou a greve de maneira truculenta. Evitou negociar o quanto pôde e editou algumas medidas jurídicas para coibir futuras greves no serviço público.

Agreve na Volkswagen de São Bernardo do Campo foi motivada pela proposta patronal de flexibilização da jornada de trabalho. O conflito começou após a iniciativa da empresa de propor a redução da jornada de trabalho e dos salários em 20%, respectivamente, como condição para uma suposta garantia de emprego. Apenas assim, justificavam, a empresa melhoraria a “competitividade”. Apesar da garantia de emprego, a proposta previa a demissão de 6% dos assalariados por ano e o rebaixamento do piso salarial na contratação de novos trabalhadores. Tendo sua proposta rejeitada por assembléia de trabalhadores, a empresa reagiu de modo violento, demitindo três mil metalúrgicos –essa decisão foi revertida após a viagem do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, à Alemanha. Os trabalhadores responderam às demissões por meio de greve. Após uma semana de paralisação, os trabalhadores da empresa acabaram aceitando, como contrapartida à suspensão das três mil demissões, a redução da jornada e dos salários em 15% e a abertura de um programa de demissões voluntárias. Considerada por suas lideranças como uma vitória do sindicato, a proposta aprovada pouco se diferencia da que a empresa apresentara antes da greve, o que mostra a dificuldade do sindicalismo em reagir quando o emprego é colocado em questão.

Houve também algumas lutas e ações importantes organizadas diretamente pela cúpula do movimento sindical, especialmente pelas lideranças congregadas na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Força Sindical (FS), as mais representativas entre as oito centrais sindicais brasileiras. CUT e FS caracterizam-se por assumir posições opostas no plano político e nas lutas conduzidas: enquanto a prática da CUT se destaca pela resistência

ao modelo neoliberal, a marca da FS é a adesão e o apoio ao neoliberalismo. Em 2001, a atuação dessas centrais foi bastante diferenciada e, em vários momentos, conflitante.

Inicialmente, destaca-se a luta pelo pagamento da dívida do governo para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma espécie de seguro social para ser usado em situações como desemprego e construção de casa própria, que deve ser depositado mensalmente em conta pessoal de cada trabalhador brasileiro. CUT e FS reagiram diferentemente à proposta governamental para o pagamento da dívida do governo para com o FGTS. A primeira proposta oficial para o pagamento dessa dívida implicava a retenção pelo governo de uma parte importante do dinheiro devido aos trabalhadores. Em função do impacto negativo que teria em suas respectivas bases, esta proposta foi rejeitada pelas duas centrais. Pressionado pelo movimento sindical e obrigado por decisão judicial a saldar a dívida, o governo obteve um acordo com a FS. O acordo fechado em março de 2001, previa o início do pagamento da dívida em junho de 2002, bem como a redução e o parcelamento do montante a ser recebido. Este acordo, classificado pelo presidente FHC como “o maior acordo do mundo” foi saudado pela direção da FS como “uma vitória dos trabalhadores”. A CUT adotou estratégia diferente: considerando o acordo um golpe, recomendou a seus filiados que não assinassem o termo de adesão encaminhado pelo governo –uma vez que a dívida só seria saldada mediante adesão individual dos trabalhadores ao acordo– sem conhecimento prévio dos valores a receber. Criticou a forma de pagamento (parcelado) e o desconto sobre o valor devido.

Um segundo eixo de atuação do movimento e das centrais sindicais referiu-se à crise de energia. Atribuída pela CUT ao contínuo corte de investimentos e à falta de políticas de longo prazo nas diferentes áreas de atuação do governo federal, gerou reações diversas nas centrais. A CUT responsabilizou o governo pelo abandono das funções estratégicas de planejamento do Estado e pela adoção de um modelo de privatização que, além de transferir o controle do sistema de geração e distribuição de energia a operadoras privadas, não exerceu de modo satisfatório as funções públicas de regulação e fiscalização do novo sistema. Para enfrentar as conseqüências decorrentes da desaceleração da economia e, dentre essas, principalmente o aumento do desemprego, a CUT elaborou um projeto de emenda popular à Constituição Federal garantindo a estabilidade no emprego enquanto durasse o racionamento. Além disso, propôs uma série de medidas que revelam uma contraposição a determinados aspectos da política neoliberal, como a suspensão e a revisão das privatizações no setor elétrico, a proibição das horas extras e do funcionamento do comércio aos domingos. A reação da CUT adquiriu visibilidade na Marcha Contra o Apagão e a Corrupção, ocorrida em 27 de junho para protestar contra o racionamento de energia e a escalada de corrupção, sob a bandeira do “Fora FHC e o FMI”.

Já a FS reagiu de forma contraditória à crise energética. Se, de um lado, aprovou as medidas paliativas adotadas pelo governo, de outro propôs a *suspensão temporária* das privatizações do setor elétrico projetadas para o segundo semestre de 2001 e início de 2002 –privatização que fora, até então, sistematicamente defendida pela central. No geral, a FS aceitou o diagnóstico apresentado pelo governo para explicar a crise de energia, atribuída por FHC à “falta de chuvas” e ao conseqüente baixo nível da água nas represas das usinas hidrelétricas. Entre as propostas divulgadas pela FS, destacaram-se a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a diminuição de impostos para a indústria metalúrgica e para as produtoras de geradores, o abrandamento do racionamento de energia para o setor industrial e, por fim, o fechamento do comércio aos domingos. Na prática, a FS mobilizou-se apenas para obter o abrandamento do racionamento para alguns ramos industriais.

O último eixo de atuação do movimento e das centrais sindicais teve como alvo a proposta de redução dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Esta investida da política neoliberal acirrou os conflitos entre a CUT e a FS, mas também gerou –fato esse muito importante– reações contraditórias no interior da FS. O Projeto de Lei nº 5843/01 de autoria do Executivo Federal, altera o art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituindo a prevalência do negociado sobre o legislado, desde que não contrarie as normas constitucionais. Esse projeto,



aprovado pela Câmara dos Deputados em 4 de dezembro e atualmente em tramitação no Senado Federal, permite a flexibilização de todos os direitos trabalhistas através de convenções (entre sindicatos patronais e de trabalhadores) ou acordos coletivos (entre sindicato e empresa). Se aprovado no Senado, poderão ser negociadas férias, horas-extras, descanso semanal, redução de salários, adicional noturno, entre outros direitos. A CUT realizou diversas manifestações reunindo dirigentes sindicais no aeroporto de Brasília e no plenário da Câmara, na tentativa de pressionar os deputados a votar contra o projeto, conseguindo, pelo menos, retardar o processo de votação. Além disso, a central está programando uma greve geral para março de 2002. Por se tratar de um ano eleitoral, a CUT promete denunciar todos os parlamentares que votarem pela aprovação do projeto, de modo a dificultar sua reeleição.

Diferentemente da CUT, o projeto do governo contou com a adesão da direção nacional da FS. Seus principais representantes tiveram acesso privilegiado ao plenário da Câmara e militaram, ao lado do bloco governista, pela conquista de votos para o Projeto de Lei. Um importante dissenso ocorreu, entretanto, no interior da FS durante a votação na Câmara. Ao contrário da cúpula nacional, dirigentes da seção paulista da FS mobilizaram-se e protestaram contra o projeto de flexibilização, ao lado da CUT. A divisão na base da central é, ao nosso ver, um importante indício das dificuldades que o modelo neoliberal vem enfrentando no Brasil em 2001.

Em relação às lutas específicas, a FS investiu na ampliação de sua base sindical, na consolidação do sindicalismo de prestação serviços aos associados e na defesa das chamadas políticas sociais compensatórias. A central cresceu em 2001 cerca de 120% através da estratégia de incorporação de sindicatos filiados a outras centrais, ou sem nenhuma filiação prévia, e através da disputa de sindicatos filiados à CUT. O procedimento utilizado para viabilizar esta expansão tem sido a propaganda do sindicalismo de serviços. A FS tem promovido, ao longo dos últimos anos, shows com artistas famosos e sorteios de prêmios. Criou recentemente o sócio-usuário, uma nova categoria de associação para trabalhadores do setor informal que, mediante pagamento de uma mensalidade, podem usufruir de alguns serviços prestados pelos sindicatos. Grande parte dos serviços fornecidos pelos sindicatos da FS é financiada com verba pública liberada diretamente pelo governo. Ao lado desta estratégia, vem avançando o sindicalismo de negócios, em que os associados são incentivados a investir na Bolsa de Valores e a comprar de tudo um pouco, inclusive lápide em cemitérios. Além disso, a FS criou o Banco da Terra –projeto que legitima e auxilia a proposta governamental de deturpação da reforma agrária– e um clube de futebol. Tais estratégias fazem parte do ideário neoliberal defendido, quase invariavelmente, por essa central. Entre as mobilizações da central em 2001, convém destacar a paralisação da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), reivindicando a isenção do imposto sobre circulação financeira para o capital financeiro internacional, com o argumento de que isso preservaria o emprego dos corretores da bolsa.

Entre os trabalhadores rurais, destacou-se, ao longo de 2001, a luta dos pequenos camponeses. Esses lutaram contra a crescente marginalização da pequena produção agrícola que produz alimentos para o mercado interno.

Em 2001, pela primeira vez desde 1994, a balança comercial brasileira apresentou um resultado positivo de US\$ 2,643 bilhões. Um dos principais responsáveis por esse superávit foi a exportação de produtos agrícolas, que passou de 14 bilhões em 2000 para 18 bilhões em 2001. Este resultado é importante na medida em que o Brasil tem apresentado dificuldades em obter dólares para honrar seus compromissos externos e explica também porque a prioridade da política neoliberal para a agricultura é a grande exploração agropecuária que produz para o mercado externo.

É nesse contexto que se inseriu a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento popular mais importante no Brasil na década de 90. Em 2001, essa luta foi marcada pela defesa da pequena produção agrícola e, portanto, dos assentamentos rurais obtidos pela luta e ocupações do MSTe teve como inimigos, não apenas os grandes proprietários rurais

e o próprio governo federal, mas também as multinacionais de biotecnologia e as grandes indústrias importadoras de alimentos –em 2000 o Brasil importara 11,7 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho e trigo, um recorde histórico. Ou seja, em vista das dificuldades crescentes de viabilidade econômica e mesmo de sobrevivência dos assentamentos rurais, o MST lutou prioritariamente contra os “transgênicos”, por novos assentamentos, por crédito agrícola e pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e trabalhadores assentados.

Em janeiro de 2001, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o MST participou da destruição de uma plantação de milho transgênico da Monsanto em ação comum com a Via Campesina –movimento internacional que coordena organizações camponesas do mundo todo. Por trás desse ato simbólico estava uma questão fundamental: as multinacionais de biotecnologia, através dos transgênicos, tentam criar uma relação de dependência entre os agricultores e as fábricas de sementes, que inviabilizaria a pequena produção agrícola. A Monsanto, por exemplo, desenvolveu uma técnica que esteriliza a segunda geração de sementes, obrigando os agricultores a adquirir novas sementes a cada safra.

Quanto aos novos assentamentos, o governo federal, de uma meta proclamada de chegar a 100 mil famílias de trabalhadores assentadas no decorrer do ano de 2001, só tinha atingido, até o mês de outubro, cerca de 15% da meta proclamada. No Estado de São Paulo, também até outubro de 2001, nenhum assentamento tinha sido feito. De sua parte, o MST contabilizava, até agosto de 2001, 585 acampamentos de trabalhadores em luta pela terra em todo país, envolvendo 75.730 famílias. A jornada nacional de luta do MST, promovida em setembro, em 23 estados da federação, denunciava esse descaso governamental: além de reduzir drasticamente o orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) –de R\$ 2,8 bilhões em 1997 para R\$ 1,3 bilhão em 2001– até agosto o governo tinha usado apenas 30% do valor previsto para a Reforma Agrária.

No final de novembro, após uma mobilização de mais de 7 mil trabalhadores rurais ligados ao MST e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em frente às agências bancárias em 10 estados do país, o governo comunicou a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, o que significou uma pequena vitória para o movimento.

Em contraste com os anos recentes, o ano de 2001 não registrou avanço na luta do MST. A postura política do movimento foi de defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos rurais, o que revela uma preocupação em preservar as conquistas já realizadas pelo movimento, constantemente ameaçadas pelo modelo neoliberal. Talvez indique uma postura *defensiva* do MST ao longo do ano de 2001, devido ao boicote econômico, à repressão política e à campanha de desmoralização do movimento promovida pelo governo federal e pela grande imprensa.

É importante destacar, para finalizar, que as dificuldades crescentes do governo não se converteram em crise do modelo neoliberal e muito menos em crise revolucionária. Três fatores são importantes para explicar essa situação de desgaste sem crise. Os conflitos no interior da burguesia e dos partidos burgueses existem, dificultam a consolidação de uma candidatura presidencial única do campo conservador, mas não se referem a diferenças de fundo. O Partido dos Trabalhadores (PT), principal partido de oposição, aprofundou, ao longo de 2001, a sua política de deslocamento para uma posição de centro esquerda, como mostrou o esboço de programa econômico proposto pela corrente majoritária do partido. Finalmente, o movimento popular, apesar de ter se reanimado, ainda enfrenta, como vimos, grandes dificuldades: greves derrotadas ou apenas parcialmente vitoriosas, manutenção da divisão existente no movimento sindical e recuo do MST para uma posição defensiva. Uma novidade positiva para o movimento popular foi a divisão no interior da FS e a oposição de uma ala da conservadora central à nova investida governamental contra os direitos trabalhistas.

Nota

1 As informações contidas neste texto foram extraídas dos órgãos de imprensa dos próprios





SEPTIEMBRE

Martes 4

• Se realiza la II Asamblea Nacional de Organizaciones Sociales, Territoriales y de Desocupados en la Iglesia del Sagrado Corazón de La Matanza en la que participan 1.500 delegados de más de 14 organizaciones donde deciden, entre otras cuestiones, llevar adelante piquetes progresivos en las próximas semanas en rechazo al último ajuste resuelto por el gobierno y reclamar la libertad de los dirigentes sociales detenidos.

• Maestros de Jujuy instalan una carpa denominada Carpa de la Dignidad en la plaza Belgrano, frente a la casa de gobierno provincial, en reclamo por el atraso en el cobro de los sueldos de agosto y medio aguinaldo, entre otras cuestiones.

Miércoles 5

• En Jujuy los trabajadores estatales convocados por el Frente de Gremios Estatales realizan una gran marcha por el centro en reclamo de sueldos adeudados y contra el ajuste impulsado por el gobierno provincial. Se movilizan unas 8 mil personas. Se producen algunos incidentes frente al Banco Macro, cuando los manifestantes apedrean el edificio.

Jueves 6

• La Asamblea de Organizaciones Sociales, Territoriales y de Desocupados realiza la primer jornada de piquetes y marchas en todo el país en contra de la ley de Déficit Cero y la libertad de los presos sociales. Se registran protestas con más fuerza en La Matanza, la Ciudad de Bs. As., Jujuy, Río Negro, Neuquén, Entre Ríos y Mendoza.

• En Formosa más de 5 mil trabajadores públicos, convocados por sus sindicatos, marchan a la legislatura y la casa de gobierno en protesta por el pago de sus salarios en bonos.

Lunes 10

• La “Marcha de los pobres y excluidos”, encabezada por el padre Jesús Olmedo y acompañada por la Central de Trabajadores Argentinos (CTA) y la Corriente Clasista y Combativa (CCC), entre otros, iniciada el 30 de agosto pasado desde La Quiaca (Pcia. de Jujuy) llega a la Plaza de Mayo de la Ciudad de Bs. As.

• Los docentes de la Federación Nacional de Docentes Universitarios (CONADU) inician la primera jornada de un paro nacional activo, en defensa de la educación pública y contra el modelo neoliberal. En diversas universidades (como en La Plata, Rosario y Neuquén) ya se vienen realizando protestas.

Martes 11

• El Frente Nacional contra la Pobreza (FRENAPO) inicia una marcha que recorrerá el país con siete caravanas con el objetivo de difundir la consulta popular prevista para el 10 de diciembre, en la que se votará sobre la creación de un seguro de empleo y formación de 380 pesos y una asignación universal por hijo de 60 pesos.

Jueves 20

• La Asamblea de Organizaciones Sociales, Territoriales y de Desocupados comienza 48 hs. de cortes de ruta en todo el país en contra del ajuste dispuesto por el gobierno. Se registran piquetes en La Matanza, Neuquén, Mar del Plata, Chaco, Tucumán, La Plata, Florencio Varela y Morón, entre otros puntos.

Viernes 21

• El FRENAPO culmina con un acto en la Plaza de Mayo la marcha contra la pobreza

que recorrió, en siete columnas y durante 10 días, más de 25 mil Km. –desde Jujuy a Tierra del Fuego– realizando distintos actos en las localidades que atravesaban. En la concentración de cierre estuvieron presentes dirigentes de los gremios de la CTA, de la CCC, de los desocupados, de los pequeños productores rurales, de los pequeños y medianos empresarios y representantes de organismos de derechos humanos. En el acto se pronuncian también en contra del alineamiento bélico con los EE.UU.

Miércoles 26

- Un grupo de empleados de Aerolíneas Argentinas (AA), nucleados en la Asociación de Personal Aeronáutico (APA), retrasa por casi una hora la salida de un vuelo de Iberia en reclamo del pago de sueldos atrasados. La Policía Aeronáutica Nacional (PAN) detiene al secretario general y al adjunto de esa organización.

- El Gobernador de Entre Ríos decreta paralizar la actividad pública provincial hasta el viernes debido a la falta de recursos y firma un decreto que permite el pago de los salarios de agosto durante el mes de octubre. Mientras tanto, un millar de trabajadores de la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE) se concentran frente a la Legislatura e intentan ingresar al recinto donde diputados tratan un proyecto que habilite la emisión de bonos provinciales para pagar parte de los sueldos públicos.

Jueves 27

- Unos 3 mil empleados públicos de Entre Ríos se concentran durante la mañana frente a la Casa de Gobierno para protestar por la demora en el pago de los sueldos y para rechazar la intención del gobernador de emitir bonos para cancelar esas deudas.

- En Paraná (Pcia. de Entre Ríos) grupos de personas se reúnen en las puertas de los supermercados Norte, Coto y Wal Mart para pedir alimentos.

Viernes 28

- En las provincias de Entre Ríos y San Juan empleados estatales provinciales y docentes realizan distintas protestas en rechazo al pago con bonos y reclamando el cobro de los salarios adeudados.

- La policía de la provincia de Jujuy desaloja la Carpa de la Dignidad, que se encontraba instalada frente a la Casa de Gobierno, donde docentes cumplían un ayuno por tiempo indeterminado en reclamo del pago de haberes adeudados.

- Se realiza una marcha de antorchas contra la guerra en Afganistán y por la paz desde el Congreso hasta Plaza de Mayo, convocada por organismos de derechos humanos, partidos de izquierda y organizaciones no gubernamentales, que critica además la posición adoptada por el gobierno nacional de respaldo a la intervención militar norteamericana.

OCTUBRE**Martes 2**

- La propiedad de AA es adjudicada por la Sociedad Estatal de Participaciones Industriales (SEPI) al consorcio Air Comet, controlado por Viajes Marsans, principal operador turístico español.

Miércoles 3

- La CONADU realiza una jornada de protesta en las 37 universidades públicas del país; por su parte, la CONADU Histórica (CONADUH) realiza un paro por 24 hs. contra el ajuste dispuesto por el gobierno. Estas protestas tienen lugar en coordinación con los sindicatos de profesores de Brasil, en huelga desde hace más de 50 días, en contra del recorte al presupuesto educativo.

Jueves 4

- En Formosa, Jujuy, Chaco, Catamarca, Neuquén y Buenos Aires, se realizan distintas protestas de empleados públicos provinciales en demanda de sueldos atrasados y en re-

chazo al pago con bonos provinciales.

- La Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA) realiza un paro nacional para exigir al Gobierno el pago de las cuotas atrasadas del fondo de incentivo docente.

Miércoles 10

- El Sindicato Único de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires (SUTEBA), el Sindicato Argentino de Docentes Privados (SADOP) y la Federación de Educadores Bonaerense (FEB) comienzan un paro por 72 hs. en todas las escuelas de la Pcia. de Bs. As. y realizan una marcha en La Plata en demanda del pago de los sueldos, entre otras cuestiones.

Jueves 11

- Alrededor de 100 trabajadores mineros de Río Turbio, Santa Cruz, ocupan una mina de carbón, en reclamo de la incorporación al convenio colectivo de 250 trabajadores que cobran un básico de 300 pesos, y mejores condiciones laborales.

- Los obreros de Cerámica Zanon (Pcia. de Neuquén) cortan el puente Neuquén-Cipolletti por 10 horas en reclamo de la continuidad de la fuente de trabajo y el pago de los salarios de septiembre. A primera hora ponen a funcionar por sí mismos la planta después de 11 días de inactividad, pero al mediodía les cortan el suministro de gas, contra lo prometido por el gobierno provincial.

Domingo 14

- Se realizan las elecciones legislativas nacionales para diputados y senadores, y en muchas provincias también las elecciones distritales. Para el caso de los diputados la distribución nacional de los votos para las principales fuerzas es la siguiente: Partido Justicialista (PJ) 37,4%, Alianza 23,1%, votos impugnados 12,9%, votos en blanco 8,2%, Alternativa por una República de Iguales (ARI) 7,2%, Polo Social 4,1%, Izquierda Unida (IU) 3,7%. El PJ obtiene la primera minoría en la Cámara de Diputados y amplía su mayoría en la Cámara de Senadores.

Miércoles 24

- La CTA y la CCC, entre otras organizaciones sociales, realizan cortes de ruta, marchas y actos en el marco de una jornada multisectorial nacional en contra del ajuste y de la política económica del gobierno. Los piquetes más significativos se registran en el conurbano bonaerense –especialmente en La Matanza–, y en las provincias de Neuquén, Entre Ríos, Córdoba, Catamarca, Río Negro, Chaco, Tucumán y Jujuy.

- Los docentes de la Ciudad de Buenos Aires, Entre Ríos, Santiago del Estero, Catamarca y Jujuy paralizan las clases y realizan movilizaciones en reclamo del pago de los haberes adeudados y del incentivo docente.

Viernes 26

- Más de 10 mil productores y vecinos de Pehuajó cortan la ruta 5 y toman pacíficamente la municipalidad, en reclamo de asistencia económica y financiera y la continuación del Plan de Obras Hidráulicas retrasado desde hace 14 años.

NOVIEMBRE

Jueves 1

- Unos 1.500 trabajadores estatales marchan por la ciudad capital de la provincia de San Juan en reclamo del pago de los sueldos de septiembre y octubre.

- Más de 5 mil personas de Carlos Tejedor (Pcia. de Bs. As.) realizan una jornada de protesta y duelo por la situación que atraviesa el campo a raíz de las continuas inundaciones y en demanda de la refinanciación de sus deudas por parte de los bancos. Además exigen que los bancos refinancien sus deudas y abran nuevas líneas de crédito a ta-

sas subsidiarias.

- El gobierno anuncia un nuevo paquete de medidas económicas que contempla una reducción para los asalariados de los aportes previsionales a las Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones (AFJP), la rebaja del Impuesto al Valor Agregado (IVA) para las compras con tarjetas de débito y de crédito, una moratoria impositiva y previsional para las empresas en situación de crisis, entre otras cuestiones.

Miércoles 7

- CTERA realiza un plenario extraordinario de delegados donde resuelve que los docentes no participen en el Censo Nacional programado para los días 17 y 18 de noviembre a causa de los atrasos en el pago de sus haberes en la mayoría de las provincias y del incentivo docente.

Jueves 8

- El sindicato de camioneros que encabeza Hugo Moyano, con el aval de los empresarios del sector, bloquea las fronteras del país por tiempo indeterminado en reclamo de medidas que equilibren las condiciones de competencia entre los transportistas del Mercosur.

Miércoles 14

- Desocupados de la CTA, CCC y Polo Obrero realizan una nueva jornada de protestas y cortes de ruta en todo el país en repudio al modelo económico. Se registran piquetes en La Matanza, Quilmes, San Martín, La Plata, entre otras localidades de la Pcia. de Bs. As. En Jujuy, desocupados y trabajadores cortan el acceso sur a San Salvador. También hay protestas similares en Neuquén, Salta y Río Negro.

Martes 20

- La Confederación General del Trabajo (CGT) disidente realiza una marcha hacia la Plaza de Mayo, en la que participan 5 mil personas, en contra de la política económica del gobierno y en defensa de la Prestación Asistencial de Medicina Integral (PAMI).

Jueves 22

- Más de 2 mil maestros marchan hacia el Ministerio de Economía en el marco del paro nacional convocado por CTERA en contra de la eliminación del Fondo Nacional de Incentivo Docente y para reclamar el pago de las últimas cuatro cuotas.

- Trabajadores telefónicos protestan frente al edificio de Telecom, en Puerto Madero, en rechazo a las suspensiones, los despidos y recortes salariales que planea la empresa.

Jueves 29

- Ramón Puerta, miembro del PJ de Misiones, asume como nuevo presidente previsional del Senado, ocupando así el primer lugar en la línea sucesoria presidencial.

Viernes 30

- En Neuquén, más de 500 ceramistas despedidos de la fábrica Zanón y trabajadores estatales marchan hasta la Casa de Gobierno en contra de los despidos efectuados por la firma y en rechazo al cobro de sueldos con bonos. La Policía reprime a los manifestantes dejando un saldo de 9 heridos y 19 detenidos. Por la tarde, vuelven a movilizarse para repudiar la represión policial.

- Cerca de 10 mil trabajadores estatales de la provincia de Córdoba se movilizan en rechazo al ajuste que proyecta aplicar el gobernador sobre el sector público.

DICIEMBRE

Sábado 1

- El presidente Fernando de la Rúa firma un decreto de necesidad y urgencia que establece, entre otras cuestiones, que no se podrá retirar de los bancos más de 250 pesos o dólares por semana por persona y por banco, que no se otorgarán nuevos préstamos en pesos, que los créditos vigentes podrán convertirse a dólares al tipo de cambio 1 a 1, y

el congelamiento de los depósitos a plazo fijo. Dirigentes políticos del oficialismo y la oposición rechazan las medidas. La CGT oficial y la disidente, la CTA y la CCC reaccionan con dureza contra el paquete económico y se declaran en estado de alerta.

Miércoles 5

- El Fondo Monetario Internacional (FMI) suspende las negociaciones que llevaba adelante con el gobierno argentino orientadas a habilitar los desembolsos previstos para la última parte del año.

- Organismos de derechos humanos realizan la XXI Marcha de la Resistencia en la Plaza de Mayo en reclamo de la nulidad de las leyes de Punto Final y Obediencia Debida y los Indultos, por la libertad de los presos políticos, contra el gobierno genocida, entre otras consignas.

Martes 11

- Más de 100 trabajadores estatales de Neuquén son reprimidos por la policía cuando intentan concentrarse frente a la Casa de Gobierno provincial para rechazar la firma del decreto que habilita el pago de sueldos en bonos.

- Un grupo de jubilados y trabajadores del PAMI toman pacíficamente las instalaciones para expresar su rechazo a los cortes de prestaciones y el pago en cuotas de los salarios de los empleados.

Miércoles 12

- Se realizan diferentes protestas en contra de las últimas medidas económicas del gobierno. La CGT disidente convoca a unas 6 mil personas frente al Congreso Nacional. Además, los dirigentes sindicales entregan a los bloques de diputados y senadores del PJ un proyecto que pide la derogación de la ley que le otorgó poderes especiales al Poder Ejecutivo. La CTA realiza una marcha hasta el Ministerio de Economía en la que participan alrededor de 1.000 personas. La Coordinadora de Actividades Mercantiles y Empresariales (CAME) convoca a un cacerolazo y bocinazo. Comerciantes de casi todos los barrios de la Ciudad de Bs. As. y de algunas localidades de la provincia se suman a los cacerolazos espontáneamente. Por la noche se realizan apagones y descuelgues de teléfonos en distintos puntos del país. También se registran protestas en Salta, Jujuy, Neuquén y Tucumán. Por su parte, miles de desocupados y trabajadores cortan rutas en la Pcia. de Bs. As. y en el interior del país en rechazo al recorte del presupuesto de 2002, por la libertad de los presos y con la consigna "Fuera De la Rúa y Cavallo".

Jueves 13

- La CGT oficial, la CGT disidente y la CTA realizan un paro nacional por 24 hs. en contra de la política económica llevada adelante por el gobierno que obtiene un altísimo acatamiento.

- En Guaymallén (Mendoza) se produce un saqueo a un supermercado, del que se llevan alimentos.

Viernes 14

- El FRENAPO realiza desde hoy y hasta el lunes la consulta popular por un seguro de empleo y formación de 380 pesos, una asignación por hijo de 60 pesos y 150 pesos para jubilados sin cobertura previsional.

- En los suburbios de la ciudad de Rosario (Pcia. de Santa Fe) se registran distintos reclamos de comida y saqueos a supermercados. En algunos casos son reprimidos por la Policía. La Secretaría de Promoción Social provincial dispone el reparto de 400 cajas de comida. En Mendoza, también se registran saqueos. Son detenidas alrededor de 10 personas.

Sábado 15

- En Mendoza, trabajadores desocupados rodean el supermercado Carrefour en reclamo pacífico de comida. Otros supermercados de los suburbios de la ciudad son saqueados. El gobierno provincial entrega bolsas de alimentos. En Entre Ríos se registran también

saqueos, la policía provincial reprime a los manifestantes. En Avellaneda (Pcia. de Buenos Aires), unos 250 trabajadores desocupados entran al supermercado Carrefour exigiendo alimentos, tras lo cual se firma un acuerdo donde la firma se compromete a entregar algunos productos.

Domingo 16 • En Mendoza los saqueos se extienden a una docena de pequeños negocios. El gobierno provincial envía cuerpos antimotines que reprimen a los manifestantes. En Entre Ríos, alrededor de 400 personas de la localidad de Concordia saquean un supermercado.

Lunes 17 • Los sindicatos ferroviarios La Fraternidad y la Unión Ferroviaria inician un paro por 24 hs. en demanda del pago de los sueldos de noviembre de los 700 empleados y en rechazo al cese de los servicios de carga de Ferropreso y Pampeano. Por la tarde, los manifestantes levantan la medida ante el compromiso de una pronta solución asumido por la empresa.

• En Mendoza, unas 250 personas se concentran frente al supermercado Átomo en el barrio de San Martín para pedir comida. Se registran doce nuevos detenidos. En Rosario (Pcia. de Santa Fe) se registran diferentes saqueos y una fuerte represión policial. En el conurbano bonaerense alrededor de 1.000 personas realizan piquetes y rodean supermercados en demanda de comida.

• Comerciantes, pequeños industriales y vecinos manifiestan su disgusto con la política económica en diversos puntos de la Ciudad y Pcia. de Bs. As. con cortes de calles, caravanas y concentraciones. Se producen movilizaciones en La Matanza y en los barrios porteños de Belgrano y Caballito, entre otros.

• La Consulta Popular para la creación de un seguro de empleo y formación consigue un apoyo masivo. Participan de la consulta 2.918.080 personas, de las cuales 2.184.012 votaron a favor de la propuesta del FRENAPPO y 13.305 por la negativa.

Martes 18 • Cerca de 2 mil personas convocadas por la Unión Industrial Argentina (UIA) y la CGT oficial se manifiestan frente a la Cancillería para reclamar protección para la industria del calzado.

• Unas 500 personas saquean supermercados en el partido de San Miguel (Pcia. de Bs. As.) y son violentamente reprimidas por la Policía. En la ciudad de Concepción (Pcia. de Entre Ríos) más de un millar de personas saquean cinco supermercados.

Miércoles 19 • Los saqueos a supermercados y otros comercios en busca de alimentos se multiplican en numerosas ciudades y provincias del país a lo largo de toda la jornada: Ciudad y Pcia. de Bs. As., Santa Fe, Mendoza, Río Negro, Neuquén, Entre Ríos, San Juan, Corrientes, Santiago del Estero, Córdoba y Tucumán. Siete personas mueren, los heridos se cuentan en decenas y se producen más de 500 detenciones.

• En Córdoba parte del edificio de la municipalidad es destruido por un grupo de manifestantes del sindicato de municipales que protestan por la falta de un cronograma de pagos del aguinaldo y los salarios. Se producen enfrentamientos con la policía durante cuatro horas en toda el área del microcentro. A los trabajadores municipales se suman judiciales, trabajadores de Luz y Fuerza y choferes de la Unión Tranviarios del Automotor (UTA).

• En La Plata un grupo de 2 mil empleados públicos, docentes, judiciales y trabajadores de hospitales, agrupados en la CTA y que se oponen al proyecto del gobernador Carlos Ruckauf para reducir un 20% el presupuesto provincial, intentan ingresar a la legis-

latura. La policía que rodea el edificio reprime la manifestación.

- A la noche el presidente De la Rúa comunica por cadena nacional que ha decretado el estado de sitio por 30 días como única respuesta a la situación. Esto provoca la indignación popular en todo el país. En la Ciudad de Buenos Aires –y en otras ciudades importantes, como Rosario, La Plata y sur de la Pcia. de Bs. As.– miles y miles de personas salen a la calle golpeando cacerolas. En la Ciudad de Buenos Aires se organizan marchas por las calles de los distintos barrios, en abierto desafío al estado de sitio, y numerosas columnas avanzan hacia el centro de la ciudad, concentrándose en la Plaza de los Dos Congresos y la Plaza de Mayo. A la madrugada la policía tira gases y balas de goma contra la multitud, incluyendo a mujeres, niños y ancianos, produciéndose varios heridos y decenas de detenidos. Finalmente el ministro Cavallo presenta su renuncia.

- La CTA inicia un paro por 24 hs. ante la profundización de la crisis social, en rechazo a la represión y el ajuste y frente a las muertes ocurridas durante la jornada y el estado de sitio.

Jueves 20

- Cientos de manifestantes permanecen durante toda la noche en la Plaza de Mayo, frente a la residencia presidencial de Olivos (Pcia. de Bs. As.) y frente a la casa de Cavallo. A la mañana la policía recibe nuevamente la orden de desalojar a los manifestantes que se encuentran protestando en la Plaza de Mayo. Arremeten con gases lacrimógenos, disparos de balas de goma y carros hidrantes. Los manifestantes se retiran pero al rato nuevos grupos se acercan a la plaza y se instalan en ella. Estas escenas se repiten una y otra vez durante toda la mañana y la tarde. Todo el microcentro se transforma en un campo de batalla durante unas siete horas. También en la plaza del Congreso, donde se congregan militantes de partidos de izquierda y otros manifestantes, se suceden los enfrentamientos. Numerosos manifestantes caen heridos, y muchos detenidos. Un total de cinco manifestantes son asesinados con armas de fuego, en algunos casos por policías que avanzan disparando desde motocicletas. Numerosos comercios y bancos son destruidos e incendiados, y más tarde, se producen algunos saqueos de comercios. La represión se prolonga durante la noche.

- Mientras tanto, a lo largo del día continúan también los saqueos a supermercados y comercios en general en distintas localidades del país.

- A la noche se comunica oficialmente la renuncia de Fernando De la Rúa a la presidencia.

Viernes 21

- El presidente del Senado, Federico Ramón Puerta, asume el cargo de presidente provisional por 48 horas. La Asamblea Legislativa se reúne para aceptar la renuncia del presidente y pasa a cuarto intermedio para el día siguiente a las 19 hs. Frente al Congreso se concentran numerosos manifestantes.

- En el Gran Buenos Aires vecinos aterrados se organizan por cuadra y pasan la noche en vela en la calle para proteger sus viviendas armados con revólveres, cuchillos y palos, ante rumores difundidos por la policía acerca de supuestos grupos de saqueadores que se dirigen hacia los respectivos barrios.

Sábado 22

- A la noche se reúne la Asamblea Legislativa para discutir la designación del nuevo presidente y la duración de su mandato. En la calle frente al Congreso se concentran manifestantes convocados por partidos de izquierda y organizaciones sociales.

- El total de muertos en las jornadas del 19 y 20 es de 32, la mayoría jóvenes. Los detenidos son unos 4.500 y los heridos suman varias centenas.

Domingo 23

- Asume el nuevo presidente, Adolfo Rodríguez Saá, del PJ, designado por la Asamblea

Legislativa. Esta también decide que se celebren elecciones presidenciales el 3 de marzo mediante el sistema de ley de lemas. El presidente anuncia algunas medidas, entre ellas la suspensión del pago de la deuda externa, la ratificación de la convertibilidad y la creación de una tercera moneda que serviría para el otorgamiento de planes de empleo para desocupados y el pago de los salarios del sector público. Además decide el levantamiento del estado de sitio que aún estaba vigente en Buenos Aires, San Juan y Entre Ríos. Por otro lado se anuncia una reforma de los Ministerios que suprime, entre otros, el de Educación, y se remueve al jefe de la Policía Federal Rubén Santos, responsable de la violenta represión del jueves en la Plaza de Mayo.

Martes 25 • El presidente inicia una serie de reuniones con distintas organizaciones empresariales, religiosas, sindicales, sociales y de derechos humanos. Distintos medios periodísticos refieren nuevamente a la voluntad presidencial de prolongar su mandato hasta el 2003 y no convocar a las previstas elecciones el próximo marzo.

Jueves 27 • CTERA anuncia su rechazo a la resolución del gobierno de eliminar el Ministerio de Educación. Por otra parte, distintos representantes de la comunidad universitaria se pronuncian contra la virtual descentralización del sistema.

Viernes 28 • Durante el día, en la Ciudad de Buenos Aires, se realizan distintas protestas frente al Palacio de Tribunales –exigiendo la renuncia de la Corte Suprema– y frente al Ministerio de Educación –en rechazo a la decisión gubernamental de eliminar dicho ministerio. Por la noche miles de vecinos de distintos barrios de la Ciudad de Bs. As. –así como de distintas ciudades del país– realizan un nuevo cacerolazo para exigir la renuncia de los miembros de la Corte Suprema de Justicia –que ayer convalidó las restricciones para los depósitos–; contra la corrupción y, particularmente, rechazando la designación de Carlos Grosso –acusado de ilícitos cometidos durante la gestión menemista– como jefe de asesores de la Jefatura de Gabinete; el descongelamiento de los depósitos bancarios, entre otras demandas. Muchos de los manifestantes marchan hacia la Plaza de Mayo y el Congreso Nacional donde son reprimidos por la policía. Por la madrugada se anuncia que Grosso presentó su renuncia.

Sábado 29 • Renuncia todo el gabinete nacional, recientemente designado por Rodríguez Saá. El presidente convoca para el día siguiente a una reunión a los gobernadores del PJ para consensuar los cambios.

• En el barrio de Floresta (Ciudad de Buenos Aires), un efectivo retirado de la Policía Federal mata a tres jóvenes que se encontraban mirando las imágenes de los incidentes del día anterior en la Plaza de Mayo. Por la tarde, los vecinos se concentran frente a la comisaría 43ª y son reprimidos por la policía.

Domingo 30 • El presidente de la Nación, Adolfo Rodríguez Saá, renuncia a su cargo al no haber encontrado apoyo entre los gobernadores de su partido y ante las recientes protestas. Es reemplazado, hasta que los legisladores nombren a su sucesor, por el titular de la Cámara de Diputados, Eduardo Camaño, ya que también presentó la dimisión a su cargo el presidente provisional del Senado, Ramón Puerta.

• Unos 1.000 vecinos de Floresta (Cdad. de Buenos Aires) se movilizan por las principales calles del barrio para exigir justicia por los tres jóvenes asesinados y para denunciar la brutal represión que efectivos de la Policía Federal emprendieron anteayer cuando amigos de las víctimas protestaron frente a la comisaría 43ª.

■ Glosario de siglas

AA	Aerolíneas Argentinas
AFJP	Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones
APA	Asociación del Personal Aeronáutico
ARI	Alternativa por una República de Iguales
ATE	Asociación de Trabajadores del Estado
CAME	Coordinadora de Actividades Mercantiles y Empresariales
CCC	Corriente Clasista y Combativa
CGT	Confederación General del Trabajo
CONADU	Confederación Nacional de Docentes Universitarios
CONADUH	Confederación Nacional de Docentes Universitarios Histórica
CTA	Central de los Trabajadores Argentinos
CTERA	Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina
FEB	Federación de Educadores Bonaerenses
FMI	Fondo Monetario Internacional
FRENAPO	Frente Nacional contra la Pobreza
IU	Izquierda Unida
IVA	Impuesto al Valor Agregado
PAMI	Prestación Asistencial de Medicina Integral
PAN	Policía Aeronáutica Nacional
PJ	Partido Justicialista
SADOP	Sindicato Argentino de Docentes Privados
SEPI	Sociedad Industrial de Participaciones Industriales
SUTEBA	Sindicato Único de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires
UIA	Unión Industrial Argentina
UTA	Unión Tranviarios del Automotor

Brasil

REGION
SUR



SETEMBRO

3a Feira 04

• Servidores federais em greve desde 22/08 .
Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) realizaram manifestação na porta principal do Palácio do Planalto na tentativa de agendar duas audiências distintas com o presidente Fernando Henrique Cardoso, para debater a reforma agrária e o reajuste de 75,48% do funcionalismo público, além da incorporação de todas as gratificações ao salário e concurso público para oito mil vagas nas universidades federais. Houve confronto entre os seguranças do Palácio do Planalto e cerca de dois mil manifestantes.

6a Feira 07

• A 7ª edição do Grito dos Excluídos organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reuniu cem mil pessoas em diversas capitais do país com bandeiras contra a fome, o desemprego, a exclusão social e a intenção do país em aderir à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Apauta do ato deste ano incluiu dois novos temas: a defesa da reforma agrária sem os alimentos transgênicos e a inclusão dos estrangeiros nas políticas sociais. O protesto obteve o apoio de estudantes e militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do MST. Ocorreram vários confrontos entre os manifestantes e a Polícia Militar (PM).

4a Feira 12

• Protestos de funcionários públicos federais em oito capitais do país. As manifestações marcam os 22 dias de paralisação da categoria. Os manifestantes realizaram passeatas, bloquearam rodovias e queimaram pneus. Os protestos tiveram a apoio do MST e envolveram aproximadamente doze mil pessoas. Houve confronto com a PM.

2a Feira 24

• As duas maiores centrais sindicais do país (Força Sindical e a CUT) iniciaram a campanha salarial unificada, reunindo reivindicações de pelo menos sete milhões de trabalhadores. A Força Sindical pedira reajustes de 15% para 14 diferentes categorias e a CUT quer reajustes que reponham a inflação do período, de 8% a 9%, além de 25% a 30% de perdas desde o Plano Real.

4a Feira 26

• Paralisações de bancários em sete estados brasileiros com adesão de aproximadamente vinte mil trabalhadores. O objetivo foi pressionar a Federação Nacional dos Bancos (FENABAM) a propor um novo índice de reajuste salarial. A categoria reivindicava 20% e a contraproposta foi de 4%.

• Duas manifestações da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Brasília, capital do país, geraram confrontos com a PM. O protesto foi em apoio à paralisação dos servidores e dos professores das universidades federais. Os manifestantes planejavam bloquear uma rodovia, mas a PM utilizou sprays de pimenta para dispersa-los.

OUTUBRO

2a Feira 01

• Manifestantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, São Paulo (SP), fecharam com faixas e cartazes a avenida que dá acesso à Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) para impedir a entrada dos ônibus que fazem o transporte

dos trabalhadores em protesto contra as 1800 demissões anunciadas. Os veículos desviaram do protesto. Além disso, cerca de cem sindicalistas tentaram impedir a entrada dos funcionários que chegavam de carro, mas policiais militares montaram um esquema especial de segurança e evitaram o piquete.

- O Fórum da Terra, que reúne entidades como MST, CUT, CNBB e Comissão Pastoral da Terra (CPT), bloqueou oito rodovias em Mato Grosso do Sul em protesto contra a política agrária do governador José Orcírio, do Partido dos Trabalhadores (PT). No fim do dia as rodovias foram liberadas.

3a Feira 02

- Professores da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro (RJ) entraram em greve por tempo indeterminado para reivindicar incorporação das gratificações ao piso salarial, que não é reajustado desde o início do governo; o cumprimento do plano de carreira; audiência com o governador e concursos públicos.

- Ex-funcionários da EMBRAER saíram em caravana com destino à Brasília para protestarem contra demissões e tentar marcar uma reunião com o ministro do Trabalho Francisco Dornelles. Com o apoio da CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos tentará negociação com a EMBRAER propondo redução de jornada de trabalho e abertura de Programa de Demissão Voluntária. Avigília em frente à fábrica da EMBRAER continua.

4a Feira 03

- Trabalhadores da Educação, servidores e professores de universidades federais em greve, estudantes e sem-terra realizaram passeata, ocupando a Esplanada dos Ministérios em Brasília. Cerca de 25 mil pessoas, segundo a PM, manifestaram-se pela revogação dos vetos do presidente da República à lei do Plano Nacional de Educação (PNE), implantação de planos de carreira para profissionais da área técnica e administrativa, criação de um fundo destinado ao ensino superior, pagamento do salário de setembro retido pelo ministério, enfim, contra a política educacional do governo. O ministro da Educação recebeu os líderes do protesto organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE), Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e UNE, mas não se comprometeu a atender suas reivindicações.

5a Feira 04

- Cerca de dois mil servidores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) fizeram um protesto na porta do Ministério do Planejamento para exigir a extensão dos benefícios do plano de cargos e salários para todos os 90 mil funcionários do INSS em greve.

- Servidores do Banco Central (BC) paralisaram suas atividades. Cerca de 70% dos 4500 funcionários da instituição, segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do BC, aderiram ao movimento e reivindicam 75,48% de reajuste salarial.

6a Feira 05

- Militantes do MST realizaram uma passeata, do Ministério do Desenvolvimento Agrário até o Palácio da Alvorada, em Brasília. Cerca de 800 sem-terra exigem a reabertura das negociações com o governo. Policiais fortemente armados bloquearam a frente do Itamaraty, caminho para o Alvorada.

- Cerca de 800 trabalhadores rurais sem-terra interditaram oito rodovias em Alagoas. A manifestação foi organizada pelo MSTe pela Pastoral da Terra para alertar as autoridades para o fato de que a greve dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não permitirá o assentamento de 700 famílias neste ano. O movimento acabou quando a Procuradoria da República e o INCRA garantiram que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, se reunirá com os manifestantes nos próximos dias.

2a Feira 08

- Metalúrgicos da CUT paralisam setores estratégicos da produção nas montadoras do ABC, São Paulo, em protesto à proposta salarial do Sindicato das Montadoras

(SINFAVEA) de repor somente 70% da inflação nos últimos doze meses. Segundo o sindicato, cerca de 12 mil operários participaram, exigindo reajuste de 100% da inflação, aumento real e antecipação da data-base de novembro para setembro.

- 3a Feira 09** • Professores e alunos da rede federal de ensino invadiram o auditório durante seminário que contava com a presença do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para protestar contra a suspensão do pagamento dos salários dos grevistas.
- 4a Feira 10** • Metalúrgicos da CUT realizaram passeatas e paralisações nas montadoras do ABC paulista e do interior de SP, dando continuidade à greve. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, 14 mil funcionários participaram do ato pela reabertura das negociações com o SINFAVEA.
- Domingo 14** • Funcionários das universidades federais decidem manter a paralisação, recusando a proposta do governo de incorporação de 100% da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) aos salários dos servidores técnico-administrativos a partir de 2002, por ser uma resposta insuficiente às reivindicações feitas pela categoria.
- 2a Feira 15** • Estudantes e professores ocuparam com faixas e cartazes o saguão de entrada do Centro de Convenções de Brasília e realizaram um enterro simbólico da educação, contra a política educacional do governo federal, durante a inauguração do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação.
- 3a Feira 16** • Cerca de 500 famílias ligadas ao MST invadem mais uma fazenda no Rio Grande do Sul (RS). Não houve confronto. Os trabalhadores rurais sem-terra afirmaram que só deixarão as fazendas se o INCRA assentar 2500 famílias até dezembro no estado.
- 5a Feira 18** • Presos realizaram rebeliões com reféns em duas penitenciárias de Minas Gerais (MG), a Néelson Hungria e a Francisco Floriano de Paula. Cerca de 400 detentos reivindicam revisão das penas e transferência para outros presídios. Os motins acabaram após receberem da Secretaria de Justiça do Estado a promessa de análise das reivindicações.
- 6a Feira 19** • Acaba, informalmente, a greve dos funcionários técnicos e administrativos das universidades e escolas técnicas federais. O Ministério da Educação e o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) anunciaram os termos do acordo final que necessita ser assinado pelo ministro e ser discutido em assembléia pelos funcionários. A principal conquista da categoria foi a incorporação da GAE aos salários de 2002, segundo o sindicato. Os salários suspensos em função da greve foram liberados após o acordo.
- Domingo 21** • Mais de quinhentos índios pataxós invadiram armados uma fazenda no município de Pau Brasil, próximo à Salvador. Eles reivindicam a retomada de 51 mil hectares de terra que originalmente formavam a Reserva Caramuru-Catarina Paraguaçu.
- 2a Feira 22** • Cerca de 2,5 mil metalúrgicos da capital paulista ligados à Força Sindical participaram de manifestação, em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para pressionar a entidade a negociar a campanha salarial unificada.
- Índios pataxós invadem mais sete fazendas no interior da Bahia aguardando acordo entre fazendeiros e Ministério Público que definirá os planos de indenização aos fazendeiros para que deixem a área.
- 3a Feira 23** • Índios pataxós invadem mais 26 fazendas em dois municípios do sul da Bahia, Pau

Brasil e Itaju do Colônia para pressionar o governo a responder sua reivindicação de retomar a posse dessas terras.

- Cerca de mil funcionários do banco HSBC paralisaram suas atividades nas unidades da Grande São Paulo e interior do Estado por reajuste salarial de 20,46%. A federação dos bancos ofereceu 4% de reajuste mais abono único de R\$ 750. A proposta foi recusada.

4a Feira 24

- Petroleiros iniciam greve com adesão nacional praticamente total, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Eles reivindicam reposição da inflação de 12 meses, reposição das perdas acumuladas no plano Real (42,58%), aumento por produtividade (17,41%), redução da jornada de trabalho, entre outras. Petroleiros e dirigentes da Petrobrás estão negociando um acordo.

2a Feira 29

- Petroleiros de todo o país voltam a trabalhar mesmo sem chegar a acordo com a Petrobrás. Os dirigentes sindicais decidirão se indicam para a categoria a aprovação da contraproposta feita pela companhia que garante um aumento de 6,4% nos salários dos funcionários, incorporação de vantagens no pagamento dos profissionais ativos e um abono de dois salários a todos os trabalhadores.

NOVEMBRO

5a Feira 01

- Manifestantes fazem barreiras com caminhões na rodovia de acesso a Campos, RJ, em protesto à instalação de praças de pedágio na BR-101, entre Rio de Janeiro e Espírito Santo, apelando pela alteração do projeto de privatização da rodovia.

78

5a Feira 08

- Professores em greve fazem um protesto em frente ao Palácio do Planalto, durante reunião entre representantes do Ministério da Educação (MEC), dos grevistas e dos reitores para pressionar pelo atendimento às reivindicações.

2a Feira 12

- Os 16 mil trabalhadores da Volkswagen de São Bernardo de Campo, na região do ABC paulista, entram em greve por tempo indeterminado e realizam manifestação em frente à fábrica de Anchieta contra as três mil demissões feitas pela empresa. Sindicato e Volks não chegaram a um acordo.

- Trabalhadores ligados ao Sindicato Nacional dos Aeronautas e Aeroviários realizou um ato no Aeroporto Santos Dumont, no RJ, reivindicando reajuste salarial de 20% para a categoria e protestando contra as demissões e atrasos dos salários promovidos pelos donos das companhias aéreas.

- Cerca de 600 taxistas do grupo Diária Nunca Mais protestaram nas ruas do centro do Rio de Janeiro contra o prefeito César Maia que anulou lei que beneficiava cerca de 13 mil taxistas auxiliares.

3a Feira 13

- Sindicalistas da oposição fazem protesto contra a votação do projeto que permite que negociações entre patrões e empregados prevaleçam sobre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), prevista para acontecer na Comissão de Trabalho da Câmara. Os manifestantes conseguiram o adiamento da sessão.

4a Feira 21

- Os funcionários da Volkswagen em São Bernardo, no ABC paulista, terminam a greve após acordo entre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e a diretoria mundial da empresa de readmissão dos empregados, a principal reivindicação.

• A maioria dos servidores do INSS do país voltam ao trabalho após acordo firmado entre governo e sindicato da categoria. O acordo prevê um aumento linear de 11% no salário-base de todos os servidores e mais um reajuste médio de 34% com a nova Gratificação de Desempenho da Atividade Previdenciária, entre outras conquistas.

2a Feira 26

• Estudantes e sindicalistas fazem manifestação em frente ao prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) para impedir a volta às aulas. O protesto impediu a realização das aulas e haverá nova assembléia para decidir a continuidade da greve em conjunto com as outras universidades federais.

• Taxistas autônomos protestam nas ruas do centro do Rio de Janeiro causando engarrafamento. Cerca de 800 manifestantes estão contra a Lei municipal 3123/2000, que concede autonomia a todos os motoristas auxiliares.

3a Feira 27

• Manifestantes organizados pela CUT realizam protestos pelo Brasil contra a votação do projeto que flexibiliza a CLT.

• Integrantes do MST invadem agências do Banco do Brasil em dez estados para forçar o governo a renegociar dívidas de agricultores.

• Cerca de 500 detentos integrantes do Terceiro Comando e Terceiro Comando Jovem do presídio Ary Franco, no RJ, rebelaram-se fazendo seis reféns quando tentavam invadir a galeria onde se concentram prisioneiros ligados ao grupo rival Comando Vermelho. A rebelião foi controlada pelo policiais.

4a Feira 28

• Professores das universidades federais em greve desde o dia 22 de agosto, encerram paralisação após acordo que prevê um reajuste entre 12 e 13% para a categoria a partir de fevereiro de 2002, aumento de 3,5% concedido ao funcionalismo público, gratificações por desempenho entre professores do ensino superior e médio serão equiparadas e contratação de professores a partir de 2003.

• A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) mobilizou seus 31 sindicatos, espalhados por todo o país, para protestar contra decisão judicial que derrubou obrigatoriedade de obter o diploma para conseguir o registro profissional de jornalista.

DEZEMBRO

6a Feira 07

• A maior parte das 52 universidades federais, escolas técnicas federais e colégios de aplicação decidiu em assembléia encerrar a greve que começou em 22/08 e retornar ao trabalho dia 10/12 depois da votação simbólica na Câmara do projeto de lei que reajusta os salários dos professores das universidades federais, aprovado em 06/12. O aumento será de 13,2% a partir de fevereiro de 2002.

2a Feira 10

• Atos públicos e manifestações nas principais capitais do país realizados por catadores de lixo organizados em associações e cooperativas, que reivindicam prioridade na coleta e na industrialização de resíduos sólidos. Os catadores querem que as suas organizações sejam reconhecidas em lei para que possam obter acesso a financiamentos, mais facilidades para industrializar o lixo e enfrentar a concorrência das empresas privadas.

■ Siglas

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
BC	Banco Central
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
FASUBRA	Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FENABAM	Federação Nacional dos Bancos
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GAE	Gratificação por Atividade Executiva
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PM	Polícia Militar
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SINFAVEA	Sindicato das Montadoras
SP	São Paulo
UFRJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes

Equipe Responsável: Coordenação: Prof. Dr. Emir Sader (LPP); Profa. Dra. Silene de Moraes Freire (PROEALC).

Coleta de Dados, Redação e Sistematização da Cronologia: Fernanda Ribeiro Rohen (Graduação/FSS/PROEALC); Maria das Graças Garcia e Souza (Graduação/FSS/PROEALC); Janaína Bilate Martins (Mestranda/PPGSS/PROEALC); Mariana Oliveira Setúbal (Graduação/FSS/LPP), Paloma Navarro Lobato (Graduação/FEDUC/LPP).

Fontes: Jornal O Globo, Jornal Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Jornal O Dia, Jornal Extra, Jornal



SEPTIEMBRE

Sábado 1 • La comunidad indígena José Loncolí ocupa el fundo particular El Arrayán-Aguas Blancas, ubicado en el sector Coi Coi de la IX Región. Voceros de la Coordinadora Mapuche Arauco-Malleco expresan que la comunidad reclama la entrega del terreno tomado además de 1.000 hectáreas de dos fundos de la forestal Mininco.

Lunes 3 • Comuneros mapuches, apoyados por la Coordinadora Mapuche Arauco-Malleco, inician la tala de los bosques ubicados en el fundo El Arrayán-Aguas Blancas, recientemente ocupado.

Martes 4 • En la VIII Región, doscientos pescadores artesanales ocupan junto a la Asociación Gremial de Pescadores de Coronel la ruta 160 e impiden el acceso a la caleta Lo Rojas y la terminal pesquera, exigiendo al gobierno un aumento en el monto asignado de captura de merluza para la zona. La manifestación es disuelta por carabineros, quienes luego de reprimir la medida detienen a 20 personas.

• La Cámara de Diputados aprueba en general el proyecto de ley de Reformas Laborales con los votos del oficialismo. El proyecto establece, entre otras cuestiones, la obligación del empleador de proporcionar información al proceso de negociación individual, mecanismos de negociación colectiva para trabajadores eventuales y transitorios, un incremento en las multas e indemnizaciones por despidos injustificados, y una rebaja en el quórum para sindicalización.

• Los muelles de desembarque y el acceso norte de Quellón, ciudad ubicada en la Isla de Chiloé, X Región, son bloqueados por pescadores artesanales y vecinos en reclamo al gobierno de una resolución de las zonas de pesca contiguas que permita a los mariscadores de la Región de Los Lagos adentrarse en las aguas de la XI Región.

Miércoles 5 • Alrededor de 150 pescadores artesanales de San Vicente inician una marcha desde el puerto local hacia la Plaza de Armas de Talcahuano para finalizar en Concepción, donde otro grupo se manifiesta exigiendo al Consejo Nacional de Pesca una cuota en la captura de merluza mayor a las 12 mil toneladas fijadas por la institución para la totalidad del sector pesquero artesanal. Los pescadores de Talcahuano marchan y paralizan la actividad de dos terminales artesanales del puerto local.

Jueves 6 • Alrededor de 200 efectivos de carabineros desalojan a los cerca de 30 mapuches que se encontraban tomando el fundo El Arrayán-Aguas Blancas. El operativo finaliza con dos detenidos.

Domingo 9 • La Asamblea por los Derechos Humanos organiza una marcha hacia el Cementerio General en homenaje a los detenidos-desaparecidos chilenos a la que acuden cerca de 10 mil personas. El Partido Comunista (PC), agrupaciones de familiares de víctimas, gremios y organismos participan en el acto de conmemoración, que finaliza en un enfrentamiento con carabineros.

Lunes 10 • Cerca de 50 comuneros de la comunidad José Loncolí reingresan junto a la Coordinadora Mapuche Arauco-Malleco al fundo El Arrayán-Aguas Blancas, donde continúan con la tala de bosques.

• Cerca de 100 estudiantes instalan barricadas frente a la Universidad de Santiago de Chile (USACH) en repudio del golpe militar de 1973. La represión destacada por carabineros finaliza con 20 detenidos. Una medida similar realizan jóvenes frente a la Universidad Arturo Prat, ubicada en Iquique.

Martes 11 • Al cumplirse el 28° aniversario del golpe militar de Pinochet, diversas manifestaciones se producen en Santiago. El Partido Socialista (PS), el PC y la Asociación de Familiares de Ejecutados Políticos marchan hacia el monumento a Allende. Estudiantes de la Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación (UMCE), de la Universidad Tecnológica Metropolitana (UTEM) y de la USACH efectúan actos en sus respectivas casas de estudios. La jornada termina con 228 detenidos y varios heridos.

Miércoles 12 • La Comisión Resolutiva Antimonopolios congela hasta el 15 de noviembre los precios del litro de leche al valor que tenía en julio. En agosto, el precio de la leche había originado un conflicto entre los productores y las empresas procesadoras del producto.

Viernes 14 • Estibadores cortan las calles aledañas al puerto de Valparaíso exigiendo al gobierno el cumplimiento del acuerdo suscrito en noviembre pasado. El vocero de la Coordinadora Nacional Marítima Portuaria expresa que queda pendiente la elaboración de un proyecto de regulación de la actividad portuaria y la declaración de dicha labor como trabajo pesado.

Miércoles 19 • La Asociación de Industrias Lácteas (ASILAC) y la Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA) expresan que la resolución de la Comisión Resolutiva Antimonopolios es una fijación de precios que atenta contra la libertad de mercado.

Domingo 23 • La Federación Nacional de Productores Lecheros (FEDELECHE) apoya la resolución de la Comisión Antimonopolios.

Martes 25 • Alrededor de 150 técnicos de Aero Continente Chile inician una huelga de brazos caídos exigiendo el pago de los sueldos de agosto.

Jueves 27 • El presidente Lagos promulga la ley de reforma laboral. El líder de la Central Unica de Trabajadores (CUT) expresa que a pesar de la valoración positiva que otorga a las modificaciones, no alcanzan para satisfacer todas las aspiraciones de la central. La SOFOFA critica la promulgación.

• Trabajadores de la Coordinadora Nacional Marítimo-Portuaria instalan barricadas en el puerto de Valparaíso exigiendo una respuesta gubernamental ante la situación de quienes perdieron su trabajo durante el proceso de modernización iniciado hace dos años y no accedieron al plan de protección social estatal. Carabineros despejan las vías tomadas.

Domingo 30 • Organizaciones de derechos humanos inauguran con un acto frente al Estadio Nacional la Caravana por la Vida y la Justicia, la cual se propone seguir el recorrido realizado por la Caravana de la Muerte en 1973, llevando a cabo seminarios y actividades artísticas en homenaje a las víctimas de la represión militar.

OCTUBRE

Lunes 1 • Cerca 3 mil pescadores artesanales de la X Región toman los puertos de Quellón, Val-

divia, Palena, Llanquihue y Puerto Montt y bloquean tramos de la ruta 5 Sur exigiendo el levantamiento de los recursos presentados por legisladores de la XI Región que –contra el decreto de la Subsecretaría de Pesca– prohíbe la pesca en las llamadas zonas contiguas, sectores marítimos compartidos entre ambas regiones.

Miércoles 3 • Los 1.400 funcionarios de las 105 Inspecciones del Trabajo del país realizan una huelga por 5 horas junto a la Asociación Nacional de Funcionarios del Trabajo exigiendo mejoras salariales y laborales.

Jueves 4 • En el marco de las negociaciones con los pescadores artesanales, el gobierno resuelve autorizar a los mariscadores de la X Región de Chiloé y Llanquihue a trabajar por 14 meses en aguas de la XI Región. El convenio permite a 1.600 buzos trabajar en grupos no mayores a 500 personas por día.

• Más de 36 mil estudiantes participan en el referéndum realizado en las universidades públicas de todo el país por el Encuentro Nacional de Centros, que agrupó a las organizaciones integrantes de la Confederación de Estudiantes de Chile (CONFECH). El 97% de los sufragantes se pronuncia a favor de que el estado se haga cargo del financiamiento de la educación superior, mientras que el 90% aprueba que se realicen reformas en los estatutos orgánicos en cada universidad y que el Parlamento legisle sobre el tema.

Viernes 5 • Estudiantes mapuches toman la subdirección del Consejo Nacional de Desarrollo Indígena (CONADI), ubicada en Temuco, exigiendo que no cierre cuatro dependencias del Hogar y el Centro Cultural Mapuche y rechazando su reinstalación en otro recinto ubicado en la comunidad de Padre Las Casas. Además, los manifestantes demandan que en los edificios en construcción sean alojados nuevos estudiantes y una política nacional de hogares indígenas.

Sábado 6 • Los estudiantes mapuches abandonan voluntariamente las dependencias de la CONADI.

Miércoles 10 • Alrededor de 50 estudiantes mapuches toman nuevamente las oficinas de la subdirección de la CONADI ubicada en Temuco. La medida finaliza tras ofrecer el subsecretario de Planificación y Coordinación reunirse el viernes con los dirigentes del movimiento.

Viernes 12 • En repudio del día de la Raza, un centenar de mapuches de la agrupación Ad-Mapu marcha en la ciudad de Temuco hacia la Intendencia Regional, hacia donde se dirigió también el Consejo de todas las Tierras exigiendo la entrega de tierras y una política de nuevo trato con los indígenas. Los Mapuches realizan, también, distintos cortes de ruta en la región del Biobío.

Sábado 20 • Medio centenar de personas de agrupaciones de izquierda, jóvenes y artistas marchan en Santiago hacia la Plaza de Armas en protesta contra los ataques estadounidenses en Afganistán.

• Cerca de 600 trabajadores de los servicios de mantenimiento, carga y catering de Aero Continente inician un paro exigiendo a la empresa el pago de los salarios de septiembre.

Jueves 25 • El candidato independiente de la lista del PC triunfa con un 53,8% en las elecciones de la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (FECH), seguido por la Concertación con un 25,8% y por la lista Cambio Universitario –encabezada por un simpatizante de la Unión Democrática Independiente (UDI)– con un 20,4%.

- Miércoles 31** • Más de 800 pescadores artesanales y trabajadores de plantas de procesamiento de Quellón intentan impedir la descarga de mariscos traídos desde las zonas contiguas entre la X y XI Región. Tras el desvío de la nave perteneciente a la empresa Naviera Magallanes, los manifestantes se dirigen hacia la compañía y la saquean, produciéndose luego un enfrentamiento con carabineros que deja como saldo cuatro heridos.

NOVIEMBRE

- Lunes 5** • Cerca de 40 integrantes de la comunidad mapuche Nancucheo toman las dependencias de la dirección nacional de la CONADI, ubicadas en Temuco, tras fracasar un diálogo entre indígenas y funcionarios del organismo en el que los primeros reclamaron la compra y entrega de dos fundos.

• Doce universitarios mapuches ocupan la catedral de Temuco, donde inician una huelga de hambre, exigiendo al obispo su mediación para que el gobierno no cierre el Hogar Mapuche.

• Un grupo de pescadores artesanales de la X Región corta la ruta 5 Sur mientras que otros 65 trabajadores de las caletas de Calbuco y Puerto Montt inician una huelga de hambre exigiendo autorización para la pesca de merluza austral en este mes y el retiro de los recursos de protección que impiden la extracción en zonas contiguas, reclaman además del establecimiento de una mesa de trabajo con el gobierno, y representantes del sector industrial y artesanal de las X, XI y XII regiones.

• Al publicar la lista de los 216 beneficiarios del último llamado para la formación de microempresas en los puertos de Valparaíso, San Antonio y Talcahuano, el gobierno da por concluido el conflicto con los trabajadores del sector. La Coordinadora Nacional Marítimo Portuaria expresa que hay asuntos económicos y sociales pendientes, por lo que no se puede declarar unilateralmente la conclusión del tema.

- Martes 6** • El gobierno autoriza la extracción en este mes de las 350 toneladas de merluza correspondientes a diciembre para los pescadores de la X Región.

- Miércoles 7** • Cerca de 300 estudiantes de la Universidad de Chile marchan junto a la FECH hacia el Ministerio de Educación exigiendo que la entrega del pase escolar sea destinada a todos los alumnos de educación superior y no sólo a los de bajos ingresos.

- Viernes 9** • Un centenar de universitarios mapuches marchan en Temuco hacia la catedral donde once compañeros mantienen una huelga de hambre desde el lunes. La movilización es disuelta por carabineros quienes, tras reprimirla, detienen a cuatro indígenas.

- Domingo 11** • Los estudiantes mapuches levantan la huelga de hambre tras acordar con el director y el subdirector de la CONADI el mantenimiento y la reparación del Hogar Mapuche.

- Lunes 12** • Con el apoyo de la Coordinadora Mapuche Arauco-Malleco, alrededor de 100 indígenas de la comunidad José Guillón ocupan el predio San Ramón, propiedad ubicada en la comuna de Ercilla cercana a Temuco perteneciente a la empresa Forestal Mininco y a la Forestal Cautín. Los indígenas reclaman la entrega de 800 hectáreas e inician la tala de eucaliptus.

Martes 13 • Efectivos de carabineros desalojan por la fuerza el predio San Ramón, donde detienen a un mapuche.

Miércoles 14 • Medio centenar de integrantes de cuatro comunidades del Consejo de Todas las Tierras toman los fundos La Bandera y Roble Huacho, cuyos terrenos ubicados en la IX Región pertenecen a un particular y a la empresa forestal Millalemu, exigiendo la entrega de la propiedad de ambos fundos –1.200 hectáreas en total.

• Alrededor de un centenar de integrantes de Ad Mapu impiden la entrada de maquinaria de construcción al fundo El Rincón tras lo cual se enfrentan con carabineros quedando como saldo decenas de heridos y 15 detenidos. Los mapuches reclaman permiso para explotar la mitad del predio.

Lunes 19 • Un centenar de integrantes de las comunidades de Trapilhue toman el fundo Maquehue, propiedad de la Universidad de la Frontera, exigiendo la entrega de 280 hectáreas del predio prometidas por la CONADI.

Miércoles 21 • Los integrantes de la comunidad Trapilhue abandonan el fundo Maquehue tras acordar con la CONADI la realización de un trabajo conjunto destinado a encontrar un terreno alternativo al de la Universidad de la Frontera.

Jueves 22 • Alrededor de 60 pescadores industriales de la VII Región toman las dependencias del Ministerio de Trabajo y Previsión Social del centro de Santiago exigiendo la presencia del titular del despacho para discutir medidas contra la cesantía que la ley de Pesca ha provocado en el sector. Tras el levantamiento de la medida, los tripulantes acuerdan con el subsecretario del ministerio la creación de una mesa de trabajo.

Martes 27 • En Temuco, funcionarios del Servicio Agrícola y Ganadero (SAG), del Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP) y de la Corporación Nacional Forestal (CONAF) toman las instalaciones de sus respectivas dependencias además de las de la Secretaría Regional de Agricultura de la IX Región exigiendo al presidente Lagos la sanción de una nueva ley orgánica del INDAP y mejoras laborales.

Miércoles 28 • Alrededor de mil pobladores de Peñalolén marchan hacia el Palacio de La Moneda mientras que otros diez inician una huelga de hambre exigiendo al presidente la expropiación y posterior venta de los terrenos que ocupan en dicha comuna capitalina.

Jueves 29 • La Fiscalía Militar de Temuco somete a proceso y manda encarcelar al máximo dirigente del Consejo de Todas las Tierras, Aucán Huilcamán, junto a otros seis mapuches de la organización por maltrato a carabineros durante el desalojo de la sede del organismo ocurrido el 20 de julio.

Viernes 30 • Mapuches cortan dos tramos de la ruta Collipulli-Temuco exigiendo la liberación de sus compañeros procesados.

DICIEMBRE

Sábado 1 • Comuneros mapuches cortan la ruta Temuco-Cunco a la altura de los accesos a dos fundos y la ruta 5 Sur exigiendo la liberación de los siete indígenas procesados.

Lunes 3 • Cerca de 1.800 funcionarios de la CONAF de 89 parques nacionales inician un paro indefinido exigiendo un aumento salarial además del traspaso del organismo al sector público.

Martes 4 • Cerca de 25 pehuenches se manifiestan frente a la fiscalía militar de Temuco y la cárcel local exigiendo la liberación de los dirigentes del Consejo de Todas las Tierras. Otro grupo de mapuches corta la ruta Temuco-Chol Chol.

Jueves 6 • Integrantes de la Federación de Pobladores de Peñalolén deponen la huelga de hambre tras el compromiso del gobierno de realizar gestiones para la venta de los terrenos que ocupan a bajo costo.

Viernes 7 • Cerca de 100 estudiantes de las universidades de Chile, Playa Ancha y Santiago toman por algunos minutos el Ministerio de Educación rechazando la propuesta de financiamiento académico planteada por las autoridades del despacho. La FECH participa en la medida.

Lunes 10 • Integrantes de la Asociación de Productores de la Provincia de Llanquihue bloquean el acceso a la planta local de Nestlé, donde reparten 200 litros de leche, protestando contra la reducción del precio del producto y exigiendo negociar con el sector industrial a través de FEDELECHE.

Miércoles 12 • Mapuches cortan la ruta 5 Sur además de otras vías en las comunas de Padre las Casas, Cunco y Nueva Imperial exigiendo el desprocesamiento de los integrantes del Consejo de Todas las Tierras a los que la Fiscalía Militar concedió la libertad provisional.

■ Glosario de siglas

ASILAC	Asociación de Industrias Lácteas
CONADI	Consejo Nacional de Desarrollo Indígena
CONAF	Corporación Nacional Forestal
CONFECH	Confederación de Estudiantes de Chile
CUT	Central Unitaria de Trabajadores
FECH	Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile
FEDELECHE	Federación Nacional de Productores Lecheros
INDAP	Instituto de Desarrollo Agropecuario
PC	Partido Comunista
PS	Partido Socialista
SAG	Servicio Agrícola y Ganadero
SOFOFA	Sociedad de Fomento Fabril
UDI	Unión Democrática Independiente
UMCE	Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación
USACH	Universidad de Santiago de Chile
UTEM	Universidad Tecnológica Metropolitana

Paraguay

REGION
SUR



SEPTIEMBRE

Sábado 1 • Alrededor de 3 mil seguidores del Partido Libre centro capitalino para pedir la renuncia del presidente Luis González Macchi, debido a su incapacidad para la función y a la corrupción imperante en su administración.

• Alrededor de 600 labriegos integrados en la Federación Nacional Campesina (FNC) se instalan con carpas en las cercanías de la estancia Itá Sombrero, en Caazapá, para reclamar que al gobierno la entrega de tierras.

Lunes 3 • Cerca de 800 labriegos nucleados en la Coordinadora de Productores Agrícolas de San Pedro Norte (CPA-SPN) recorren la ruta 3 y marchan por las calles de Santa Rosa del Aguaray para reclamar al gobierno nacional que cumpla con los acuerdos firmados de entrega de tierras y financiamiento de infraestructura.

Martes 4 • Ante la falta de respuestas del gobierno, los labriegos de la CPA-SPN bloquean la ruta 3, a la altura del cruce internacional Pedro Jiménez, hasta que las autoridades cumplan con los acuerdos efectuados para financiar proyectos de producción e infraestructura en la zona.

Viernes 7 • Los campesinos de la CPA-SPN desbloquean la ruta 3, tras una reunión con los ministros del Interior y de Justicia y Trabajo, en la que las autoridades les informan que ya disponen del monto para la implementación de planes de desarrollo.

Sábado 8 • Alrededor de 800 vehículos parten en caravana desde cuatro accesos a Asunción hasta la Plaza Uruguaya, para participar de una marcha organizada por la Unión Industrial Paraguaya (UIP), en protesta para reclamar al gobierno una visión industrial y manufacturera.

Lunes 10 • Los habitantes de Ciudad del Este, nucleados en la Coordinadora Ciudadanos Paranaenses en Acción, comienzan un paro indefinido y con unos 5 mil vehículos bloquean los principales accesos y puntos estratégicos de la ciudad en señal de protesta por la indiferencia del gobierno frente a la crisis de la región. Exigen la inmediata implementación del proyecto de zona franca paranaense; que el gobierno controle los comercios, donde en su mayoría trabajan brasileños; y que Brasil levante las trabas impuestas a quienes ingresan a comprar del lado paraguayo.

Miércoles 12 • Unos 4 mil habitantes de Ciudad del Este que piquetean los puntos estratégicos de la ciudad son reprimidos por la policía. La ciudad se transforma en un campo de combate, debido a que en cada esquina se levantan barricadas, donde los manifestantes se defienden con palos y piedras. Se producen cuantiosos daños materiales, quedando unas 200 personas heridas y 6 detenidas.

Viernes 14 • Representantes de los habitantes de Ciudad del Este, autoridades de 19 localidades y de la gobernación, y los ministros del Interior, de Justicia y Trabajo y de Hacienda firman un acuerdo por el cual el gobierno promete que los brasileños indocumentados ya no podrán trabajar en los comercios, la zona franca se hará a la brevedad posible y la gente del Este pasará a ocupar funciones públicas en reemplazo de los que no son de la zona. Tras conocerse el resultado de las negociaciones, unas 20 mil personas salen a las calles a festejar.

Martes 18 • Unos 500 brasileños que trabajan en condiciones irregulares en Ciudad del Este cierran indefinidamente el Puente de la Amistad del lado de Foz de Iguazú para llamar la atención de

las autoridades de Brasil sobre la crisis social que desatará el control de mano de obra extranjera que inició un día atrás el gobierno paraguayo. Piden, entre otros puntos, urgentes medidas para evitar la expulsión de brasileños y la equiparación de leyes relativas a la ciudadanía, tanto en Ciudad del Este como en Foz de Iguazú. 25 brasileños ya fueron deportados.

Miércoles 19 • Alrededor de 1.000 brasileños bloquean el principal acceso al Puente de la Amistad del lado de Foz de Iguazú para oponerse a la expulsión de quienes trabajan en forma irregular en Ciudad del Este. Son reprimidos por la policía federal, tras lo cual el puente queda despejado.

Jueves 20 • Miles de jóvenes de Asunción y 16 ciudades del interior, encabezados por el Movimiento para la Obtención del Boleto Estudiantil (MOBE) y la Juventud que se Mueve (JQM), limpian calles y plazas y luego se congregan en el Congreso para pedir limpieza en la política y reclamar mayor presupuesto para Educación y Salud.

• Un grupo de empresarios del transporte, asociados en la Federación de Empresarios del Transporte del Departamento Central (FETRADEC), toman las oficinas de la Dirección Nacional de Transporte (DINATRAN) para reclamar la suspensión de la fiscalización de vehículos hasta tanto las empresas sean reconocidas. El titular de DINATRAN no acepta, por lo cual numerosas localidades quedan sin servicio.

Viernes 21 • El Sindicato de Empleados y Obreros del Instituto de Previsión Social (IPS) (SEODIPS) y el Sindicato de Trabajadores del IPS (SITRAIPS) inician una huelga indefinida para exigir al gobierno mayor presupuesto para el instituto, desabastecido de insumos y medicamentos.

Lunes 24 • Los sindicalistas del IPS levantan el paro que mantenían desde el viernes en reclamo de mayor presupuesto para el instituto, luego de reunirse con el ministro de Salud Pública, quien se compromete a negociar por una ampliación presupuestaria.

• Los ciudadanos brasileños vuelven a bloquear el Puente de la Amistad del lado de Foz de Iguazú, debido a que las autoridades paraguayas continúan fiscalizando los comercios de Ciudad del Este y expulsando del país a quienes no cuentan con documentos para trabajar legalmente en Paraguay.

Miércoles 26 • Con la promesa de las autoridades paraguayas de suspender por 30 días las intervenciones en comercios en busca de indocumentados, los brasileños desbloquean el Puente de la Amistad.

Jueves 27 • Los habitantes de San Joaquín, Caaguazú, cierran con piquetes los accesos principales a la comunidad, y los docentes de la zona se declaran en huelga indefinida, para exigir la renuncia del intendente, a quien acusan de malversar los fondos de la comuna.

OCTUBRE

Miércoles 3 • Numerosas familias de las comunidades capitalinas de San Cayetano, San Blas, Luján, San Ignacio de Loyola y San Miguel se movilizan hasta el local de la Corporación de Obras Sanitarias (CORPOSANA) para exigir la reposición del servicio de agua corriente, que les fue cortado cuatro días atrás. Se reúnen con el interventor del ente, con quien acuerdan que CORPOSANA repondrá el servicio a quienes tienen medidores y estén al día con la factura y los vecinos realizarán un censo de todos los usuarios de la zona, con el fin de regularizar las conexiones.

• Los habitantes de San Joaquín, Caaguazú, levantan los piquetes que cerraban los accesos a la comunidad desde una semana atrás y los docentes locales culminan su huelga.

ga, tras una reunión con miembros de la Junta Municipal, en la que acuerdan que el titular comunal deje de ocupar su cargo.

Jueves 11 • Familias del movimiento sin techo de los departamentos Central, Curuguaty, Alto Paraná y Caaguazú, que integran el Consejo Nacional de Organizaciones Populares (CONOP) se congregan en la intersección de las Av. Eusebio Ayala y Madame Lynch de la capital para reclamar una mayor partida para el programa de regulación de unos 10 asentamientos, cuya administración reclaman sea manejada por la Secretaría de Acción Social de la Presidencia de la República y no por el Consejo Nacional de la Vivienda (CONAVI). Marchan hasta el Congreso Nacional.

Viernes 12 • Miles de indígenas de los tres departamentos del Chaco (Boquerón, Presidente Hayes y Alto Paraguay) realizan un congreso en Pozo Colorado para –en ocasión de cumplirse un nuevo aniversario de la llegada de los europeos a América– reclamar al gobierno justicia con los pueblos nativos. Exigen una solución definitiva al problema de la distribución de las tierras en zonas chaqueñas.

Martes 16 • Un grupo de docentes se manifiesta frente al Ministerio de Educación para exigir que se pague la deuda atrasada con el IPS.

Viernes 19 • Integrantes de la Coordinadora de Reactivación Agrícola colocan sus vehículos y maquinarias a la vera de la ruta 6 a la altura del Cruce Santa Clara, Pirapó, Itapúa, amenazando con transformar su medida de protesta en un corte de ruta por tiempo indefinido, si los dirigentes del silo La Colonial no hacen una mejor oferta por kilo de cereal.

• Los cuatro grupos de campesinos de Cordillera pertenecientes al Frente Social y Ciudadano (FSC), que desde el 13 de agosto acampan en la plaza ubicada frente al Congreso, reclamando la renuncia del Presidente y del Vicepresidente y proponiendo la instalación de un gobierno de emergencia, son desalojados por la policía. Se instalan en la Catedral Metropolitana.

Miércoles 24 • Unos 150 productores de semillas de algodón de Coronel Bogado y de San Cosme, Itapúa, cierran el cruce San Rafael por tiempo indefinido, y otros 300 productores cortan la ruta N° 1, a unos 60 km. de Encarnación, para quejarse porque el Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) ha adquirido semillas de algodón de origen argentino.

Viernes 26 • Los productores de algodón de Coronel Bogado levantan el corte de la ruta N°1, luego de que el gobernador de Itapúa acerca un documento en el cual el MAG se compromete a adquirir 3.500 bolsas de semilla de algodón.

NOVIEMBRE

Jueves 1 • Unos 100 pescadores de la zona de Puente Remanso, Vallemí y el río Ypané, agremiados en la Confederación de Trabajadores Pescadores del Río Paraguay y Paraná, bloquean el río Paraguay a la altura de Itá Enramada para pedir al estado mayores subsidios para los pescadores, mientras dure la veda de pesca que hoy entra en vigencia hasta el 15 de diciembre.

• La Cámara de Diputados aprueba una ampliación presupuestaria para el IPS.

Domingo 4 • La Confederación de Trabajadores Pescadores del Río Paraguay y Paraná despeja el río Paraguay, luego de llegar a una tregua de 48 hs. con las autoridades nacionales, para iniciar el diálogo sobre el subsidio que recibirán los pescadores durante el tiempo que dure la veda a la pesca.

- Jueves 8** • Un grupo de pescadores nucleado en la Coordinadora de Pescadores del Río Paraguay, en la que participan unos 1.300 trabajadores que no fueron incluidos en el listado que recibirá subsidio estatal, inicia por tiempo indefinido el bloqueo del río Paraguay.
- Viernes 9** • La coordinadora Memoria Viva, que agrupa a las familias de las víctimas del Marzo Paraguayo, se congrega en la plaza del Congreso para festejar la decisión judicial de condenar a 25 años de cárcel al francotirador que el 26 de marzo de 1999 asesinó a varios jóvenes que se manifestaban contra el General Lino Oviedo.
- Lunes 12** • Unas 1.500 mujeres campesinas y de comunidades indígenas, integrantes de la Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI), comienzan una marcha desde Caacupé hasta Asunción para reclamar al gobierno que cumpla un convenio firmado en octubre de 2000 por el cual se financiarían proyectos productivos en 11 departamentos.
- Martes 13** • El personal municipal de Ciudad del Este se declara en paro para reclamar el pago atrasado de sus salarios de septiembre y octubre y para protestar por la emisión de bonos municipales.
- Miércoles 14** • Las mujeres del CONAMURI llegan a Asunción y se dirigen al Parlamento Nacional para reclamar que el gobierno les brinde condiciones dignas para vivir. Un grupo de delegadas se reúne con representantes del gobierno, tras lo cual las autoridades se comprometen a promover un decreto que autorice la transferencia de 250 mil dólares para financiar 79 proyectos productivos.
- Jueves 15** • Los funcionarios de la Administración Nacional de Telecomunicaciones (ANTELCO) comienzan una huelga de 72 hs. exigiendo el pago de bonificaciones y gratificaciones y reclamando el juicio político para el Secretario de la Reforma y el Presidente de la República, responsables de omitir sus obligaciones legales dentro del proceso de privatización de la entidad.
- Viernes 16** • Los pescadores agremiados en la Coordinadora de Pescadores del río Paraguay realizan un nuevo bloqueo a la altura del bañado Tacumbú por tiempo indefinido, debido a la falta de respuestas a sus pedidos de asistencia social por parte del gobierno. Los pescadores de Puerto Rosario, departamento de San Pedro, cierran también el río de la zona.
- Domingo 18** • Los paraguayos votan a nivel nacional para elegir intendentes y concejales. La Asociación Nacional Republicana (ANR) gana 134 municipios, entre ellos Asunción, y el Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) 70.
- Martes 20** • Unos 2 mil campesinos de la FNC protestan en Caaguazú frente a las oficinas del Crédito Agrícola de Habitación (CAH) y el Banco Nacional de Fomento (BNF) y cientos se movilizan con cierres intermitentes de rutas en Horqueta, Concepción; Santaní, San Pedro; Misiones; Caazapá; Central; Paraguari y Canindeyú para reclamar al gobierno refinanciación del crédito para la producción algodонера, industrialización del algodón y defensa de la banca pública.
- Miércoles 21** • Los funcionarios del Banco Central del Paraguay (BCP) comienzan una huelga hasta el 30 de noviembre, en reclamo de mayores fondos para la institución dentro del presupuesto 2002.
- Jueves 22** • Los campesinos agremiados en la FNC levantan toda medida de presión contra el gobierno, tras conocerse oficialmente la refinanciación y congelamiento de la deuda de los pequeños productores.
- Viernes 23** • El personal del Hospital de Clínicas comienza un paro hasta el martes 27, para reclamar que no recorten el presupuesto de la institución, que de mantenerse suprimirá con-

tratos de médicos y enfermeras.

Jueves 29 • Los senadores aprueban el Presupuesto General de Gastos de la Nación para el 2002. Mientras las áreas sociales sufren severos recortes, diputados y senadores duplican los montos destinados para ambas cámaras.

Viernes 30 • Los funcionarios de ANTELCO suscriben un acuerdo con la Secretaría de la Reforma, a través del cual, a cambio de abandonar las demandas que habían interpuesto ante la Justicia, aceptan recibir dos salarios devengados por cada año de antigüedad como indemnización por su desvinculación, entre otras cuestiones.

DICIEMBRE

Martes 4 • Los funcionarios y médicos del Hospital de Clínicas marchan por las calles de Asunción hasta el Congreso contra el manejo arbitrario del presupuesto 2002.

Miércoles 5 • La Unión Nacional de Trabajadores del Estado (UNTE) se moviliza por el centro de Asunción para protestar por la supresión de 10 mil puestos de trabajo de la administración pública, prevista para el próximo año.

• Los funcionarios del Hospital de Clínicas aceptan el aumento salarial de 250 mil guaraníes por empleado que les concede el Parlamento y normalizan la atención en el establecimiento.

Martes 18 • La FNC ocupa por tiempo indefinido los locales del CAH y del BNF para presionar por préstamos a la producción algodonera.

Miércoles 19 • Miles de campesinos de la FNC bloquean en forma intermitente la ruta VII en Tacuara, Villarrica, Horqueta y otras zonas, para exigir que el CAH y el BNF realicen préstamos para la producción algodonera a nuevos prestatarios.

Jueves 20 • La FNC desbloquea las rutas y desocupa los locales del CAH y del BNF, luego de que el gobierno comienza a entregar créditos para apoyar la actual campaña algodonera.

■ Glosario de siglas

ANR	Asociación Nacional Republicana
ANTELCO	Administración Nacional de Telecomunicaciones
BCP	Banco Central del Paraguay
BNF	Banco Nacional de Fomento
CAH	Crédito Agrícola de Habilitación
CONAMURI	Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas
CONAVI	Consejo Nacional de la Vivienda
CONOP	Consejo Nacional de Organizaciones Populares
CORPOSANA	Corporación de Obras Sanitarias
CPA-SPN	Coordinadora de Productores Agrícolas de San Pedro Norte
DINATRAN	Dirección Nacional de Transporte
FETRADEC	Federación de Empresarios del Transporte del Departamento Central
FNC	Federación Nacional Campesina
FSC	Frente Social y Ciudadano
IPS	Instituto de Previsión Social
JQM	Juventud Que se Mueve
MAG	Ministerio de Agricultura y Ganadería
MOBE	Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil
PLRA	Partido Liberal Radical Auténtico
SEODIPS	Sindicato de Empleados y Obreros del IPS
SITRAIPS	Sindicato de Trabajadores del IPS
UIP	Unión Industrial Paraguaya
UNTE	Unión Nacional de Trabajadores del Estado

*Realizada por el Observatorio Social de América Latina (OSAL).
Relevamiento y sistematización a cargo de Gustavo Gibert y Mariana Fassi.*

Uruguay

REGION
SUR



SEPTIEMBRE

Lunes 3 • Los empleados bancarios realizan un paro parcial frente al local del Banco Surinvest S.A., entidad que el viernes 31 de agosto despidió a 42 de sus 100 empleados. Los agremiados, que mantenían tomado el Surinvest desde el día de los despidos, desalojan la institución en base al acuerdo de iniciar negociaciones.

Lunes 10 • La Asociación de Docentes de Enseñanza Secundaria (ADES) realiza un paro parcial en Montevideo y una multitud de profesores se concentra frente al edificio del Consejo de Educación Secundaria (CES), en protesta por descuentos e irregularidades en la liquidación de sus sueldos.

Martes 11 • La Federación Nacional de Profesores de Enseñanza Secundaria (FENAPES) realiza un paro de 24 horas en todo el país y se concentra frente al CES, en protesta por descuentos irregulares en la liquidación de sueldos.

• Los funcionarios de la Asociación de Empleados y Obreros Municipales (ADEOM) comienzan un paro indefinido en la Intendencia Municipal de Rocha (IMR) e instalan una carpa frente a la Junta Departamental, en reclamo del cobro de cinco sueldos atrasados, salarios vacacionales, horas extra y primas por presentismo.

Miércoles 12 • Tras 17 días de ocupación en rechazo a la reforma educativa, los alumnos del Liceo 9 de Colón desalojan el plantel luego de llegar a un acuerdo con el CES para analizar los planes de estudio, reparar las instalaciones e instalar un turno nocturno.

Jueves 13 • Los integrantes del Movimiento de Desocupados de Soriano 1° de Mayo realizan un piquete en el km. 270 de la ruta 2 y dos militantes comienzan una huelga de hambre para reclamar al gobierno que destine partidas presupuestarias para crear planes de empleo.

• Decenas de trabajadores de la Asociación de Prensa del Uruguay (APU) se concentran en la Plaza Cagancha de Montevideo, en rechazo a la aplicación del Impuesto al Valor Agregado (IVA) a la prensa y en reclamo de una rebaja tributaria a los medios de comunicación.

Viernes 14 • Los docentes secundarios nucleados en la ADES comienzan un paro de 48 horas en Montevideo y un numeroso grupo de profesores ocupa la sede central del CES para protestar por las irregularidades en los pagos de salarios.

• Los bancarios de todo el país paran durante la tarde y se concentran frente al Banco Surinvest para denunciar que mientras la institución despide a casi el 50% de su plantel por problemas financieros, sus directivos cobran sueldos de 250 mil dólares por año.

Sábado 15 • Los docentes que ocupan la sede central del CES deciden abandonar el edificio reafirmando el paro convocado por la ADES.

Lunes 17 • Los trabajadores municipales de Rocha se manifiestan frente a la Junta Departamental para reclamar por salarios atrasados y la renuncia del equipo económico local.

Jueves 20 • Veintiocho trabajadores de la fábrica metalúrgica Sime S.A., ubicada en la zona de Barros Blancos, levantan una carpa en la puerta de la empresa y, en colaboración con los vecinos, mantienen una olla popular, para oponerse al cierre de la compañía y denunciar que no cuentan con seguro de paro, ya que estaban en negro.

Viernes 21 • Numerosos jóvenes –convocados por la Propuesta Intersindical de Trabajadores– Central Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), la Federación de Estudiantes Universitarios (FEUU), la Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua (FUCVAM) y otras organizaciones sociales– marchan por Montevideo bajo la consigna “Agita la primavera por trabajo digno y contra el exilio económico” y reclaman mayores posibilidades de empleo.

Sábado 22 • Finaliza el encuentro “La Educación Pública como Práctica de la Libertad”, organizado por los sindicatos de educación de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (integrada por Argentina, Brasil, Chile, Uruguay y Paraguay) que sesionó desde el jueves en Montevideo. En la declaración final se resalta el carácter de derecho de la educación y se rechaza su inclusión en los acuerdos comerciales como un servicio más, bajo las reglas del mercado.

Domingo 23 • Tras dos días de discusión, finaliza el IV Congreso del Frente Amplio (FA) con la reelección como presidente de Tabaré Vázquez. Las distintas corrientes aprueban un documento de actualización ideológica, en el que resaltan la contradicción oligarquía-pueblo y el lugar de EE.UU. como líder de la globalización neoliberal, el papel del estado como activo regulador del mercado y fortalecer la postura de T. Vázquez de conversar con sectores –como la Federación Rural, por ejemplo– que la izquierda siempre consideró hostiles.

Jueves 27 • Bajo la consigna “No a la guerra, sí a la vida”, cientos de personas marchan en Montevideo para repudiar los actos terroristas del 11 de septiembre y oponerse al operativo que aplica EE.UU. Sindicatos afiliados al PIT-CNT, agremiaciones estudiantiles, grupos de derechos humanos y dirigentes políticos de izquierda participan de la movilización.

Viernes 28 • Los trabajadores del Hospital Saint Bois que ocupan el centro asistencial desde el 10 de septiembre levantan la medida tras lograr un acuerdo con el Ministerio de Salud Pública por el que se compromete a no cerrar la institución y formar una comisión que estudiará un proyecto de hospital de baja complejidad para la zona norte.

OCTUBRE

Jueves 4 • Los trabajadores de la salud pública y privada realizan un paro parcial para participar de una marcha por Montevideo en reclamo de soluciones a la crisis que afecta al sector y expresar su oposición al proyecto gubernamental de gravar con IVA la salud.

• Transportistas agremiados a la Unión Nacional de Obreros y Trabajadores del Transporte (UNOTT) y a la Asociación de Cooperativas del Transporte (ASCOT) se concentran con sus unidades en el Obelisco para rechazar la propuesta gubernamental de imponer el IVA al boleto.

Lunes 15 • Unos 70 trabajadores vuelven a ocupar la planta industrial Dymac S.A., reclamando el pago de sueldos atrasados.

• Los trabajadores nucleados en la Federación de la Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (FANCAP) paran y, junto a la Agrupación de Usinas y Transmisiones Eléctricas (AUTE), la Unión Ferroviaria (UF) y la Unión Autónoma de Obreros y Empleados del Gas (UAOEGAS) realizan un acto frente a las oficinas de la Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (ANCAP) en Montevideo, en defensa de las empresas del estado y del patrimonio nacional y para exigir la renuncia del presidente del organismo, a quien acusan de querer implantar la política privatizadora en la ANCAP.

Miércoles 17

• Los funcionarios de ADEOM paran durante la jornada y marchan hacia la Intendencia Municipal de Montevideo (IMM) para rechazar los reajustes salariales que la comuna quiere implementar.

Domingo 21

• Los estudiantes secundarios, al cierre del Encuentro Nacional de Estudiantes de Secundaria del Uruguay (ENESU) convocado por la Coordinadora Intergremial de Estudiantes de Secundaria del Interior (CIESU), realizan una marcha desde la plaza 1° de Mayo de Montevideo hasta el Consejo Directivo Central (CODICEN) en rechazo a la reforma educativa y las actas que regulan el comportamiento de los alumnos dentro de los centros de estudio.

Martes 23

• Los trabajadores de la industria realizan un paro parcial y varios centenares marchan desde la Plaza 1° de Mayo hasta la sede del Ministerio de Economía y Finanzas (MEF), en reclamo de información sobre el proyecto de reforma laboral que viene analizando el Poder Ejecutivo.

Jueves 25

• Con una nutrida caravana de tractores y camiones, el Movimiento de Productores Rurales de Colonia se moviliza por las rutas N° 1 y N° 21 hasta la municipalidad local, para demandar soluciones a la crisis de endeudamiento y rentabilidad que enfrenta el sector.

Viernes 26

• Unas 300 personas, convocadas por la Confederación Granjera, la Asociación de Fomento y Defensa Agraria de Juanicó (AFYDAJ) y el Centro de Viticultores del Uruguay (CVU), se concentran frente a la sede judicial de Canelones, como muestra de repudio a la subasta de un campo, que luego es suspendida por la jueza.

Lunes 29

• Un grupo de 60 trabajadores municipales de Rocha, encabezados por el presidente de ADEOM Rocha, comienza una marcha a pie hacia Montevideo, para denunciar el atraso en el pago de sus salarios y buscar una entrevista con el Presidente de la República.

NOVIEMBRE

Jueves 8

• Los municipales de Rocha llegan a Montevideo, luego de 11 días de marcha a pie. Realizan un acto en las inmediaciones del Edificio Libertad, donde una delegación se entrevista con el secretario de la Presidencia, a quien entregan un documento informando sobre la crisis que vive Rocha y le solicitan una entrevista con el presidente Batlle. Recorren las calles del centro de la capital hasta la Plaza Mártires de Chicago, acompañados por los funcionarios de ADEOM, trabajadores de la planta de Coca Cola, delegados de los gremios municipales de casi todo el país y los trabajadores de Dymac (que están ocupando esta fábrica), entre otros.

Viernes 9

• La FUCVAM inicia, en ocho puntos de Montevideo, una serie de movilizaciones callejeras, que se repetirán todos los viernes de noviembre, para manifestarse contra la de-

bacle del Plan Nacional de Vivienda, el déficit del Banco Hipotecario del Uruguay y contra la falta de respuesta gubernamental a la reestructuración de las deudas de los cooperativistas.

Viernes 16 • Los empleados judiciales paran por 24 hs. luego de que la policía ocupa un juzgado para dar seguridad al militar torturador retirado Gavazzo.

Sábado 17 • La Comisión Nacional de Defensa del Patrimonio (CNDP) –en la que participan los principales dirigentes del PIT-CNT y otras organizaciones sociales, así como legisladores y ediles del Encuentro Progresista (EP)-FAy la dirigencia de la izquierda– encabeza una caminata de miles de personas por Montevideo, para reunir firmas que habiliten un referéndum contra la venta de Administración Nacional de Telecomunicaciones (ANTEL). Recogen alrededor de 50 mil firmas, con lo que ya cuentan con más de 400 mil.

Jueves 22 • Las empleadas de Dymac desocupan la planta industrial, luego de firmar un convenio con las autoridades de la compañía, en el que fijan fecha de pago para los sueldos adeudados y una prórroga del Seguro de Paro.

Domingo 25 • Más de 100 mil montevidianos participan de la votación no obligatoria para concejos vecinales (órganos que asesoran y controlan los emprendimientos de la IMM, a la vez que son interlocutores de la ciudadanía frente a otros organismos estatales). Los blancos y colorados, a pesar de que los concejos no tienen características partidarias, participan por primera vez de los comicios, donde hasta ahora intervenía únicamente la izquierda.

Jueves 29 • Miles de integrantes del Sindicato Único de Obreros Rurales y Agroindustriales (SUDORA), junto con trabajadores que partieron de Bella Unión un día atrás y afiliados al PIT-CNT, marchan desde el Obelisco hasta el Edificio Libertad para reclamar un cambio en la política económica. Los docentes montevidianos paran durante la jornada para participar de la manifestación.

• Los trabajadores de Fanaesa, ciudad de Rosario, ocupan la planta industrial, ante el anuncio del inminente despido de 15 obreros.

DICIEMBRE

Sábado 1 • La CNDP instala más de 1.000 mesas en todo el país para recoger las firmas necesarias que habiliten un plebiscito contra la venta de ANTEL. Juntan alrededor de 74 mil firmas.

Miércoles 5 • Los trabajadores municipales de Rocha inician un paro hasta el lunes próximo para reclamar el pago de salarios atrasados desde junio.

Viernes 7 • En Montevideo, los vecinos de la planta industrial de ANCAP de La Teja realizan un paro civil y activo contra la desmonopolización de este ente y en defensa de las empresas del estado. Miles de personas marchan hasta el establecimiento, donde realizan un acto.

Jueves 13 • El Senado aprueba el proyecto de ley que promueve la asociación de ANCAP con capitales privados.

Glosario de siglas

ADEOM	Asociación de Empleados y Obreros Municipales
ADES	Asociación de Docentes de Enseñanza Secundaria
AFYDAJ	Asociación de Fomento y Defensa Agraria de Juanicó
ANCAP	Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland
ANTEL	Administración Nacional de Telecomunicaciones
APU	Asociación de Prensa del Uruguay
ASCOT	Asociación de Cooperativistas del Transporte
AUTE	Agrupación de Usinas y Transmisiones Eléctricas
CES	Consejo de Educación Secundaria
CIESU	Coordinadora Intergremial de Estudiantes de Secundaria del Interior
CNDP	Comisión Nacional de Defensa del Patrimonio
CODICEN	Consejo Directivo Central
CVU	Centro de Viticultores del Uruguay
ENESU	Encuentro Nacional de Estudiantes de Secundaria del Uruguay
EP	Encuentro Progresista
FA	Frente Amplio
FANCAP	Federación de la Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland
FENAPES	Federación Nacional de Profesores de Enseñanza Secundaria
FEUU	Federación de Estudiantes Universitarios
FUCVAM	Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua
IMM	Intendencia Municipal de Montevideo
IMR	Intendencia Municipal de Rocha
IVA	Impuesto al Valor Agregado
MEF	Ministerio de Economía y Finanzas
PIT-CNT	Propuesta Intersindical de Trabajadores – Central Nacional de Trabajadores
SUDORA	Sindicato Único de Obreros Rurales y Agroindustriales
UAOEGAS	Unión Autónoma de Obreros y Empleados del Gas
UF	Unión Ferroviaria
UNOTT	Unión Nacional de Obreros y Trabajadores del Transporte